

Núcleo de Apoio à Pesquisa sobre Populações Humanas e Áreas Úmidas Brasileiras

NUPAUB

► *Série Documentos
e Relatórios de
Pesquisa*

Antonio Carlos Diegues





NUPAUB-USP

**NUPAUB – Núcleo de Apoio à Pesquisa sobre Populações Humanas e Áreas
Úmidas Brasileiras – USP**

Center for Research on Human Population and Wetlands in Brazil – USP

POPULAÇÕES HUMANAS NA ESTAÇÃO ECOLÓGICA JURÉIA-ITATINS

ELIANE RITA OLIVEIRA

Coordenação e Orientação:
PROF. DR. ANTÔNIO CARLOS DIEGUES

Série Documentos e Relatórios de Pesquisa n.º2

São Paulo
2004

ÍNDICE

Apresentação	03
Introdução	05
Procedimentos Metodológicos	07
I. Descrição física	08
II. Aspectos populacionais da área	11
a) Dinâmica populacional.....	11
b) Uso dos recursos naturais.....	15
III. Aspectos legais que regem a área da EEIJ	16
a) Histórico da área.....	17
b) Conflitos existentes na área.....	19
IV. A vida das comunidades da EEIJ: O caso do Despraiado, Vila da Barra do UNA e Comunidade da Cachoeira do Guilherme	23
a) Populações tradicionais e conservação da natureza.....	23
b) O bairro do Costão - Despraiado.....	24
c) Comunidade da Cachoeira do Guilherme.....	29
d) Comunidade da Barra do Una.....	32
e) Posicionamento geral das comunidades visitadas.....	35
V. Associações ambientalistas e sociais envolvidas com a EEIJ	37
a) Organizações não-governamentais.....	37
b) Associações de moradores.....	40
VI. Atividades da Secretaria do Meio Ambiente	41
a) Quanto à questão fundiária.....	41
b) Projetos propostos pela SMA.....	43
VII. Conclusão	46
VIII. Bibliografia	48
ANEXO 1	50

APRESENTAÇÃO

O NUPAUB - Núcleo de Apoio à Pesquisa sobre Populações Humanas e Áreas Úmidas Brasileiras - tem como uma de suas prioridades o estudo das relações entre "populações tradicionais" que vivem em Unidades de Conservação. Nesse sentido, o NUPAUB está realizando uma extensa pesquisa sobre os CONFLITOS entre POPULAÇÕES TRADICIONAIS moradoras em Unidades de Conservação na Mata Atlântica, cobrindo vários estados brasileiros. Uma constatação básica é que os órgãos federais de conservação ambiental, com raras exceções, desconhecem esse problema básico que é a presença de moradores tradicionais em parques nacionais e reservas. Na prática, são populações "invisíveis" que sofrem de uma política repressiva, baseada em idéias ultrapassadas do que significa a contribuição desses grupos sociais (seringueiros, ribeirinhos, caiçaras) na conservação do meio ambiente e de seu modo de vida. Há, no entanto, evidências crescentes de que essas populações foram, em grande parte, responsáveis pela manutenção dos ecossistemas hoje preservados e que acabam sendo expulsas de seus territórios ancestrais quando esses são transformados em unidades de conservação.

O presente estudo da Estação Ecológica Juréia-Itatins (EEJI), localizada no litoral sul do Estado de São Paulo, mostra a complexidade da questão e as posições diferenciadas e antagônicas que dela têm os vários atores e instituições envolvidas na conservação desse remanescente da Mata Atlântica.

Esse relatório preliminar, que se insere no projeto mais amplo anteriormente mencionado, pretende ser uma contribuição para o equacionamento desse importante problema, assinalando a grande contribuição das "populações caiçaras" para manutenção da biodiversidade existente na Mata Atlântica, e as contradições geradas pelas políticas públicas, na maioria das vezes inapropriadas para a solução dos conflitos.

Prof. Dr. Antonio Carlos Diegues

INTRODUÇÃO

Este trabalho tem como objetivo identificar os problemas de ordem social, econômica e cultural, que afetam as populações da Estação Ecológica Juréia-Itatins (EEJI) desde sua criação em 1986. Pretende também analisar as relações destas populações com órgãos governamentais, não governamentais e associações envolvidas na área. Nessa perspectiva, será identificada a posição de cada um destes agentes frente às condições de sobrevivência das populações dentro da Estação Ecológica.

A ocupação da área apresenta-se de forma heterogênea quanto às suas formas de uso, situação jurídica, laços culturais, situação histórica e configura conflitos de várias ordens. O mosaico de ocupação na Estação, assim como a convivência e os conflitos entre as populações e esta unidade de conservação é, em grande parte, decorrente de uma inoperante e, por vezes, inadequada legislação ambiental. No decorrer deste trabalho faz-se um aprofundamento na discussão da Política Nacional de Meio Ambiente, mais especificamente do Sistema Nacional de Unidades de Conservação do qual faz parte a Estação Ecológica Juréia-Itatins. No sentido de destacar a importância da manutenção das populações tradicionais para conservação dos ecossistemas, este trabalho, assim como outros que já foram desenvolvidos pelo NUPAUB (Núcleo de Apoio à Pesquisa sobre Populações Humanas e Áreas Úmidas Brasileiras), atenta para a importância da cultura e da tecnologia tradicional para melhor conservação dos recursos naturais. Podem-se destacar os trabalhos desenvolvidos no Pantanal Mato-grossense os quais objetivam identificar as estratégias de sobrevivência das populações pantaneiras, assim como as relações econômicas e sócio-culturais que estas mantêm com o ambiente (Silva, 1992). Outro estudo, realizado na última várzea do rio São Francisco (AL) pretende identificar as formas de manejo tradicionais que as populações desenvolvem. Este trabalho enfatiza a "ecologia das interações humanas que ocorrem na Várzea da Marituba" (Marques, 1992) e é de grande importância face as ameaças da CODEVASF (Companhia de Desenvolvimento do Vale do São Francisco) em implantar na área um centro de cultivo de arroz irrigado.

Estes trabalhos indicam que a investigação e a utilização da sabedoria tradicional das comunidades devem auxiliar a elaboração dos planos e estratégias de manejo para que os recursos naturais sejam adequadamente utilizados. Os precedentes culturais podem facilitar e tornar as respostas para problemas locais mais eficazes.

Em que pese a contribuição da sabedoria tradicional para a conservação de ambientes de áreas úmidas, o trabalho desenvolvido por Cunha (1989) enfoca a convivência e os conflitos entre as comunidades litorâneas de Guaraqueçaba - Estação Ecológica e Parque Nacional de Superagui. Nesse trabalho a autora observa que a implantação da Estação Ecológica teve como única preocupação a proteção dos ecossistemas. Ao dar ênfase à questão ambiental, as demais variáveis (história, cultura, economia etc) parecem ser concebidas como fatores externos a ela, não se percebendo a relação dinâmica e recíproca que existe entre HOMEM-NATUREZA.

Reafirmando o valor da presença de populações tradicionais para conservação e o uso sustentado de recursos, Cunha destaca que o componente ambiental não é, para esta população, "mero recurso físico que permite a sobrevivência das populações locais, mas é preciso considerar que, simultaneamente, existem espaços de sobrevivência e sociabilidade com usos e significados definidos, os quais concorrem para o equilíbrio do ecossistema e para a reprodução do grupo como um todo" (Cunha, 1989).

A importância de um estudo sócio-econômico se torna imprescindível para embasar a implantação de uma área de proteção. Cunha (1992) realizou um estudo das características das populações do estuário de Mamanguape. Para esta área está sendo apresentada uma proposta de unidade de conservação, pois esta abriga uma importante espécie em extinção: o peixe-boi-marinho. Tendo como pano de fundo as diversas discussões sobre a presença de população em áreas de

conservação, este estudo teve como preocupação subsidiar a adoção de medidas de proteção ambiental que visem, simultaneamente, a vida natural e social da região.

Outros trabalhos dão ênfase aos processos pelos quais a perda ou a redução das tradições culturais afetam negativamente a conservação dos ecossistemas naturais.

Diegues et alii (1988b) desenvolve um estudo cujo objetivo é mostrar como a manutenção das culturas tradicionais ao longo da costa brasileira é uma das condições mais importantes para a preservação da diversidade biológica.

Neste trabalho os autores destacam que a ênfase aos "padrões culturais e modos de produção no que diz respeito à conservação dos recursos naturais é de importância fundamental, principalmente em países de Terceiro Mundo", onde "ecossistemas naturais são fontes tradicionais de alimentos para comunidades de camponeses e pescadores". Na relação cultural destas comunidades com ecossistemas, em muitos casos, valores culturais e crenças religiosas são relacionados com o meio ambiente e têm uma função de conservação importante¹.

Mais recentemente este mesmo autor publicou um trabalho que discute especificamente o problema das populações tradicionais que vivem em unidades de conservação. O autor analisa criticamente os fundamentos ideológicos desse conservacionismo importado dos Estados Unidos e sua inadaptação aos países de Terceiro Mundo (Diegues, 1993).

Assim como estas publicações citadas, as demais pesquisas realizadas pelo NUPAUB atentam para a necessidade de formular sistemas adequados de manejo que contemplem a presença de populações tradicionais em unidades de conservação, já que estas se encontravam na área anteriormente à criação das unidades. E mais, tais populações são portadoras de um complexo sistema de saber sobre o meio ambiente em que tradicionalmente se inserem e que deve ser considerado em qualquer iniciativa adotada na região. O essencial é manter o modo de vida dessas populações, apoiando-as com medidas que visem a melhoria da qualidade de vida e a conservação das diversidades biológica e cultural.

Seguindo este enfoque, já desenvolvido em vários estudos do NUPAUB, este trabalho foi concebido especificamente no sentido de caracterizar a atuação dos vários agentes governamentais e não-governamentais envolvidos na Estação Ecológica Juréia-Itatins, os conflitos daí decorrentes, numa área onde historicamente habitam populações que mantêm uma relação de relativo equilíbrio com o meio em que vivem.

¹ Ver também discussão sobre este assunto em Diegues, 1992a e Diegues, 1992b.

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

O trabalho teve por base entrevistas com moradores e funcionários da EEJI, pessoas ligadas a entidades e órgãos governamentais e não-governamentais que, de alguma forma, relacionam-se com a Estação; também se valeu de análises das pesquisas realizadas na região.

São poucos os trabalhos realizados na Estação Ecológica Juréia-Itatins que tratam especificamente do problema das populações. Diante disso foram utilizados como referências trabalhos correlatos em outras áreas que subsidiaram a análise do quadro da EEJI.

O trabalho de campo foi realizado em abril de 1992, com base nas técnicas de entrevista e de coleta de depoimentos. Foram feitas entrevistas informais com famílias de três comunidades da EEJI: bairro do Costão-Despraiado; Comunidade da Cachoeira do Guilherme e Vila Barra do Una. As entrevistas foram centradas nos líderes das comunidades ou pessoas representativas dos grupos sociais (veranistas, caseiros, agricultores, moradores tradicionais, etc.) que mantêm relação com a EEJI.

Como outras pesquisas já realizadas pelo NUPAUB, este trabalho tem preocupação especial com as populações tradicionais (termo que será melhor definido no Capítulo IV), pois entende-se que estas são um componente social de essencial importância para manutenção e suporte da EEJI.

Com essa perspectiva, o trabalho estruturou-se da seguinte forma:

O Capítulo I traz uma breve caracterização física, descrevendo aspectos significativos e característicos da área, que levaram a formação da Estação Ecológica Juréia-Itatins. As questões referentes à dinâmica e à utilização dos recursos pela população da EEII, são tratadas no Capítulo II. Os aspectos legais estão relatados no Capítulo III, onde também são levantados os aspectos históricos e a questão dos conflitos sociais que ocorrem entre a população e a EEJI. O Capítulo IV faz um relato da vida dos moradores com base em seus depoimentos. Os dois capítulos seguintes (V,VI) relatam a posição de alguns agentes envolvidos com a Estação, suas ações e propostas para a área. A partir disto foi possível definir, de forma geral, o quadro que se configura na Estação Ecológica Juréia-Itatins quanto aos conflitos existentes na área.

I - DESCRIÇÃO FÍSICA

A EEJI situa-se no sul do litoral paulista, a aproximadamente 200 km da cidade de São Paulo (FIGURA 1), sob as coordenadas 24°18'47" e 24°36'10" de latitude sul e 47°00'03" e 47°30'07" de longitude oeste. Possui uma área de aproximadamente 80.000 ha que abrange terras pertencentes aos municípios de Itarari, Miracatu, Pedro de Toledo, Iguape e Peruíbe.

FIGURA 1 - Croquis de localização da Estação Ecológica Juréia-Itatins



A importância ambiental dessa área justifica-se pelo fato desta porção da Mata Atlântica (Floresta Tropical Úmida) associar uma série de ecossistemas (dunas, restingas, manguezais e campos de altitude), caracterizando uma das últimas áreas do litoral paulista que possibilita os estudos destes ecossistemas e suas inter-relações.

A área também abriga inúmeras espécies animais e vegetais em extinção, possui grande concentração de sambaquis além de outras evidências arqueológicas.

São descritos a seguir, alguns aspectos físicos gerais que caracterizam a área englobada pela Estação Ecológica Juréia-Itatins.

Clima

O clima onde está inserida a EEJI é classificado (segundo Koppen) como tropical sub-quente, super úmido, semi-seco. A temperatura média local é de 22,7°C, sendo a média das mínimas igual a 18,0°C e 29,9°C a média das máximas (IBGE, 1977).

Na Estação existe um gradiente vertical de temperatura de acordo com a altitude, a média corresponde a 1°C para cada 250 metros.

A pluviosidade em quase todo o litoral de São Paulo é alta e a pluviosidade média anual está em torno de 4.170mm, sendo fevereiro e março os meses mais chuvosos.

Hidrografia

A rede hidrográfica principal da área da Estação é constituída pelos rios Una do Prelado (ou Comprido) que praticamente circunda o Maciço da Juréia; o Grajaúna; o Verde - que serve de local para desova de tainhas e robalos; o Descalvado; o Branco; o do Carvalho; Cacunduca; Guaraú; o Rio das Pedras; o do Despraiado e o rio Itinguçu. Todos os rios citados têm nascente na Estação, porém não foram encontrados estudos mais aprofundados sobre suas características hidrográficas.

Geomorfologia e Geologia

Quanto à geologia e à geomorfologia, a área engloba parte das serranias costeiras e das planícies fluviolitorâneas do litoral sul do Estado de São Paulo. (FIGURA 1).

As rochas do Complexo Costeiro Pré-Cambriano predominam na área, com exceção do trecho Sul-Sudeste, onde estão cobertas por sedimentos cenozóicos, marinhos e mistos, eluvio-coluviais e areias marinhas da Formação Cananéia.

As serranias costeiras são denominadas Maciço de Itatins, representado por um bloco rochoso alçado por falha e que secciona a linha de costa neste trecho do litoral sul, ficando, deste modo, submetido ao trabalho das ondas originando pequenas falésias e pontas.

Ao longo da extensa planície fluviolitorânea do trecho leste da Baixada do Ribeira ocorrem inúmeras elevações, com altitudes variando de 40 a 150 metros e, com destaque, seccionando a linha costeira, o Maciço da Juréia, com altitudes em torno de 870 metros. Este se apresenta como um "pontão" rochoso que avança para o mar, nos locais onde recebem a denominação local de "Ponta da Juréia" e "Ponta do Grajaúna". É constituído predominantemente por migmatitos xistosos e/ou gnáissicos.

Solos

Amostras de solo coletadas e analisadas pelo Instituto Agrônomo de Campinas nas regiões de mata e mangue da Estação, fornecem os seguintes resultados: o solo da mata é fortemente ácido, moderadamente rico em matéria orgânica, portanto sem grande riqueza nutricional. O solo de mangue é ácido contendo pouca matéria orgânica, portanto o estado nutricional do solo de mangue é significativamente menor que o da mata.

Vegetação

Distinguem-se várias formações vegetais que se individualizam fisionômica, florística e também geograficamente.

Os diferentes ecossistemas são resultado das limitações e das complexas inter-relações existentes entre os seres vivos e seu ambiente.

A Mata Tropical é a formação que caracteriza a área da Estação Ecológica estendendo-se por toda a região serrana, pré-serrana e Baixada. A mata é do tipo pluvial, de dossel alto, latifoliada, sempre verde, tropical úmida. Classificada como Floresta Tropical Latifoliada Perenifólia e Tropical Úmida de Encosta (Langeani F., s.d.)

Encontra-se ainda na Estação, matas de Jundu, nas grandes planícies de restinga, manguezais na foz e ao longo dos rios (nos locais em que estes recebem influência da maré): Una do Prelado, Verde e Guaraú, e ainda campos rupestres ou de altitude no topo dos morros.

Dentre as espécies de importante valor econômico encontra-se a caxeta (*Tabebuia cassinoidea*) e o palmito (*Euterpe edulis*). É grande a abundância de epífitas representadas por *Bromeliaceae* e *Orchidaceae*. Nos manguezais encontram-se as três espécies halófitas típicas desse ecossistema no Brasil: *Rhizophora mangle*, *Laguncularia racemosa*, *Avicenia shaweriana*.

Fauna

Existem várias espécies da fauna ameaçadas de extinção na região da Mata Atlântica. Das 207 espécies de animais ameaçadas de extinção no Brasil, cerca de 13% são encontradas na EEJI, entre as quais o mono-carvoeiro, jaguar, papagaio-de-cauda-vermelha, oncelote, anta e o macuco.

Quanto à avifauna é importante destacar que são encontradas na EEJI 13 das 176 espécies de aves brasileiras endêmicas - considerando-se apenas aquelas identificadas -, como exemplo, destaca-se a presença do gavião-pinhé, taperucu, bem-te-vi, saira-azul-turqueza, alcatraz, entre outros.

II. ASPECTOS POPULACIONAIS DA ÁREA

a) Dinâmica Populacional

Existem no interior da EEJI habitantes isolados e/ou comunidades que ocupam a Estação tradicionalmente há várias gerações e a maioria dos moradores precede o decreto de sua criação. Outra parcela de habitantes que ocupa a área é formada por migrantes de áreas próximas ou mesmo de outros Estados - principalmente do Nordeste - (ver QUADRO 1). Segundo relatório da Equipe Litoral Sul-SMA (1991), das 336 famílias cerca de 99 chegaram na área após a criação da EEJI.

O número estimado de famílias na época da decretação era de 350 (Grupo da Terra, 1987), porém ao analisar os dados do citado relatório verifica-se que, das 21 (vinte e uma) comunidades da Estação, foram contabilizados apenas 10 bairros, os quais perfaziam um total de 249 famílias. Sendo assim, a estimativa de que na época da decretação moravam na área apenas de 350 famílias é bastante baixa, pois com certeza as 11 comunidades restantes não somariam apenas 101 famílias.

Analisando os dados apresentados no QUADRO 3 percebe-se que em 1986, as 10 comunidades levantadas significavam 71% do total de famílias estimadas. Já em 1991, estas mesmas 10 comunidades representavam 45% do total de famílias.

Comparando-se os números totais de famílias, nota-se que houve uma redução de 4% entre 1986 e 1991. Entretanto, comparando-se a somatória do número de famílias nas 10 comunidades nestas duas datas, a redução foi de 38%.

Pode-se argumentar que, pelo fato do levantamento de 1986 não ter coberto toda a EEJI, não foi possível verificar a migração de famílias dentro da própria Estação. Porém, dada a discrepância dos números, é possível deduzir que parte destas famílias saiu dos limites da Estação.

A partir destes dados é possível fazer uma comparação com a dinâmica populacional dos municípios que abarcam a Estação, considerando que o fato destas famílias estarem deixando a área se vincula à dinâmica geral desta população ao longo das três décadas passadas. Apesar de serem levantamentos realizados por órgãos distintos (SMA e IBGE), e com metodologias diferentes, pressupõe-se que é possível fazer esta inferência.

Com base na análise da dinâmica populacional dos municípios de Iguape, Peruíbe e Miracatu, através dos Censos Demográficos de 1960, 70 e 80, percebe-se que há uma tendência de diminuição da população rural, em contra partida, verifica-se um aumento da população urbana (ver QUADRO 2).

Comparando-se os dados destas cidades, percebe-se que há uma grande inversão no quadro populacional na década de 60. Em todos os municípios a maioria da população se concentrava na zona rural, já na década de 70 este quadro é totalmente invertido e Iguape e Peruíbe passam a ter mais de 70% de sua população em área urbana. Esta mudança não se verifica em Miracatu que, apesar de ter uma diminuição de 0,4% na população rural entre as décadas de 70 e 80, manteve maior parte da população na zona rural.

QUADRO I - Famílias residentes no perímetro da Estação Ecológica por local e tempo de ocupação

PROCEDÊNCIA	TEMPO DE OCUPAÇÃO			
	MENOS DE 5 ANOS		5 ANOS OU MAIS	
	HAB.	%	HAB.	%
EEJI	6	5,1	52	25,9
LITORAL-SP	19	16,2	61	30,3
INTERIOR SP	21	17,9	10	5,0
OUTROS ESTADOS	64	54,7	68	33,8
OUTROS PAÍSES	1	0,9	2	1,0
SEM INFORMAÇÃO	6	5,1	7	3,5
TOTAL	117	100,0	201	100,0

FONTE: ENGEA / Pró-Juréia, 1991

QUADRO 2

A) População dos municípios envolvidos com a EEJI

MUNICÍPIO	1960	1970			1980		
	Total	Pop. Urb.	Pop. Rur.	Total	Pop. Urb.	Pop. Rur.	Total
Iguape	15.367	8.903	10.308	19.211	14.015	5.912	19.927
	100%	46%	54%	100%	70%	30%	100%
Miracatu	10.899	1.829	9.957	11.786	4.698	9.919	14.617
	100%	16%	84%	100%	32%	68%	100%
Peruíbe	3.128	903	6.966	6.966	14.641	1.128	15.769
	100%	13%	87%	100%	92%	8%	100%

Fonte: IBGE - Censo de Demográfico - Dados Distritais

B) Crescimento populacional por município e situação fundiária

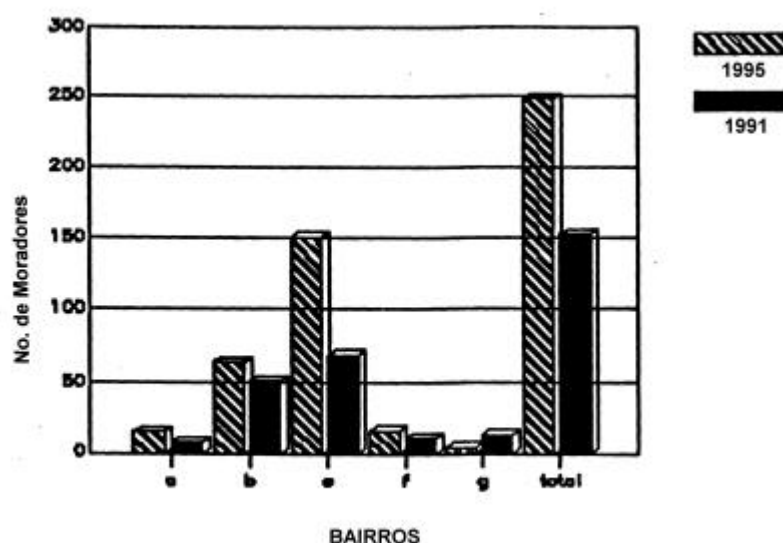
MUNICÍPIO	CRESCIMENTO POPULACIONAL POR DÉCADA				
	1960 a 1970	1970 a 1980			1980 a 1985 (*)
	Total	Pop. Urb.	Pop. Rur.	Total	Total
Iguape	20%	36%	-43%	3,6%	23%
Miracatu	7,5%	61%	-0,4%	19%	23%
Peruíbe	55%	94%	-81%	61%	30%

Fonte: IBGE - Censo de Demográfico - Dados Distritais

(*) População estimada

QUADRO 3 - Tabela comparativa entre o número de famílias da EEJI nos anos de 1986 e 1991

BAIRRO	REF. MUNICIPIO		Nº FAM/86	Nº FAM/91
Cacheira do Guilherme	a	Iguape	15	8
Barro Branco	b	Peruíbe	64 (1)	51
Despraiado	e	Iguape	150	69
Aguapeu	f	Iguape	16	11
Praia do Juquiá	g	Peruíbe	4 (2)	13 (3)
Total			249	152
Total de famílias/EEIJ			350 (4)	336



Em seu trabalho sobre os bairros rurais e comunidades pesqueiras do Vale do Ribeira, Queiroz (1970) relata que um dos principais fatores que motivaram a migração na região era as enchentes que ocorriam em locais que se estendiam entre Iguape e Registro. Mas este não era o único fator que pressionava as pessoas a deixarem a área.

A falta de infra-estrutura, de escolas e de postos de saúde também promovia a evasão no campo.

Com a implantação da EEJI e a proibição do extrativismo e caça (entre outras restrições) os moradores tomaram-se impossibilitados de desenvolver suas atividades econômicas tradicionais, mesmo porque durante vários anos após a implantação, não foi oferecida nenhuma outra alternativa econômica que viabilizasse a sobrevivência das famílias. Todos estes fatores ampliaram a motivação e a necessidade destas deixarem a área.

Os índices de evasão registrados nos bairros rurais da Estação no período após sua implantação são, em alguns casos, mais elevados do que índices dos municípios nos quais estão inseridos. A análise do QUADRO 3 indica que concomitante à implantação da EEJI muitas famílias deixaram a área.

b) Uso dos Recursos Naturais

A maioria das comunidades pratica uma agricultura de subsistência, onde o cultivo obedece a um sistema de rotatividade e a um calendário bastante específico. Além disso, muitos moradores praticam atividades extrativas, principalmente a coleta de palmito, caxeta e pesca. Conforme depoimentos de moradores (ver capítulo V), a caça é realizada principalmente para alimentação da família.

As atividades extrativas e a caça estão proibidas desde o tempo de ocupação e administração da área pela NUCLEBRAS (Empresa Nuclear Brasileira S/A), e logicamente estas restrições foram mantidas quando a área passou para a administração da SMA. Entretanto, tais atividades não se extinguíram e continuam sendo praticadas por alguns moradores em menor intensidade.

Segundo o relatório do Grupo da Terra (1987), as atividades de plantio desenvolvidas pelas comunidades mais isoladas da EEJI não comprometem o solo. Porém, como indica o relatório da Equipe do Litoral Sul-SMA (1989), algumas comunidades de roceiros, consideradas não tradicionais, além de provocarem um desmatamento intensivo da área destinada para cultivo, localizou as plantações em cotas acima dos 1000m de altitude, o que é considerado irregular. No entanto, devem-se considerar, ao analisar estes dados, as condições sócio-econômicas que motivaram essa população a plantar em área imprópria e as alternativas que esta dispunha.

Do levantamento realizado, constatou-se que algumas comunidades praticam a agricultura comercial, particularmente a bananicultura, cuja produção é comercializada em Iguape e Peruíbe.

Para atenuar as restrições de usos dos recursos naturais, a SMA criou alguns mecanismos para que a população local pudesse continuar realizando suas atividades sem comprometer a conservação da área. A autorização para utilização de árvores caídas para construção de barcos, por exemplo, foi concedida no início de 1992, e a autorização para a pesca em algumas áreas do interior da EEJI em setembro de 1990.

Não se tem ainda nenhum estudo que qualifique ou quantifique a exploração dos recursos naturais realizada pelas populações. A SMA está iniciando uma pesquisa com estes objetivos, cujo resultado estudos será de grande valia para a realização de planos de manejo e zoneamento da área.

III - ASPECTOS LEGAIS QUE REGEM A ÁREA DA ESTAÇÃO ECOLÓGICA DE JURÉIA-ITATINS

A legislação ambiental brasileira apresenta várias medidas de proteção que são adotadas em âmbito estadual e federal. Conjugam diversos subsistemas superpostos, carentes de recursos e de coordenação. Muitas dessas medidas são redundantes ou insuficientemente conceituadas e, apesar do seu elevado número, não atendem à diversidade da situação, que exige modalidades distintas de proteção.

A criação de unidades de conservação tem implicado de modo general, em sérios problemas de desapropriações e indenizações, principalmente nas regiões Sul, Sudeste e Nordeste. O sistema de administração e proteção adotado pelo IBAMA (Instituto Brasileiro de Meio Ambiente) tem gerado conflitos crescentes com populações residentes nas unidades de conservação, cuja presença é considerada uma ameaça às áreas protegidas, principalmente quando não são propostas formas de manejo adequadas.

Seguindo este modelo de conservação nacional foi criada a Estação Ecológica Juréia-Itatins (EEJI), através do Decreto no 24.646 em 20/01/86, estando inserida nos objetivos de conservação dos remanescentes de Mata Atlântica do Estado de São Paulo. Após a implantação da Estação Ecológica em 1986, sob os cuidados do governo do Estado de São Paulo, iniciou-se a aplicação das medidas restritivas inerentes a este tipo de Unidade de Conservação.

A Estação Ecológica é uma das unidades de conservação mais restritivas, pois se destina à conservação de áreas representativas de ecossistemas naturais onde serão realizadas pesquisas básicas e aplicadas de ecologia, à proteção do meio ambiente natural e ao desenvolvimento da educação conservacionista.

Toda Estação Ecológica deve ter, no mínimo, 90% de sua área destinada à preservação integral da biota. Na área restante poderá ser autorizada a realização de pesquisas ecológicas que não acarretem modificações no ambiente natural.

A EEJI está situada na região do Vale do Ribeira, litoral Sul, região esta que vem atualmente despontando como alvo prioritário para novos empreendimentos econômicos, em função de sua imagem de espaço ainda não ocupado pelo sistema, e também em razão da valorização ecológica que estrategicamente beneficia vários segmentos da sociedade. A consolidação efetiva desta Estação exige esforços tanto por parte dos setores da sociedade envolvidos como também, e principalmente, por parte do Estado, na aplicação de ações interinstitucionais de planejamento integrado para todo o Vale do Ribeira.

Praticamente não existem trabalhos publicados que discutam a situação das populações na EEJI. Esta Estação Ecológica sempre se destacou pela exuberância de sua paisagem, principalmente quanto aos aspectos faunísticos, florísticos e geomorfológicos. Mesmo passando, por vezes, despercebida por alguns estudiosos, grande parte da população residente é responsável pela manutenção dos ecossistemas da área.

A questão fundiária sempre foi um ponto conflitante, principalmente para a população que vive na área sob sistema de posse, pois nem mesmo o Plano Nacional de Reforma Agrária, nem os procedimentos estaduais de regularização fundiária da região conseguiriam equacionar seu ordenamento territorial projetando para o futuro problemas cada vez mais difíceis de serem solucionados. Com a criação da EEJI surgem novos problemas referentes à situação fundiária, não só para as comunidades tradicionais, como também para todos os moradores da Estação, pois a implantação da Estação implica na desapropriação e desocupação de toda área. Estas medidas ainda não foram tomadas e existe uma série de propostas - como remanejamento da ocupação, mudança no

tipo de unidade de conservação, zoneamento e manejo adequado privilegiando a presença de moradores, etc - que acoplados à necessidade da resolução do problema fundiário, buscam manter parte dos moradores na Estação (ao menos aqueles que têm maior vínculo com a área).

a) Histórico da área²

As iniciativas legais de conservação datam de 1958 quando, através do decreto estadual 31.650 de 8 de abril, foi criada a Reserva Estadual de Itatins.

Em 1963, através do decreto nº 41.538 de 28 de janeiro, foi criada a Reserva Indígena de Itariri, destinada ao estabelecimento de índios guaranis.

Porém, somente em 1979, com crescente interesse de vários setores econômicos sobre a área - principalmente no campo imobiliário e turístico, os órgãos governamentais representados pela Secretaria Especial de Meio Ambiente (SEMA -governo federal) e o Conselho do Meio Ambiente de São Paulo (atual SMA) iniciaram a implementação de unidades de conservação mais efetivas para a proteção ambiental.

Através de um contrato de comodato, assinado no dia 25 de julho deste mesmo ano, a Secretaria Especial do Meio Ambiente (SEMA) firmou um acordo com proprietários da região e recebeu o direito de instalar uma Estação Ecológica em 1.100 ha do Maciço da Juréia.

Juntamente com este contrato, o CONDEPHAAT (Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico e Turístico do Estado de São Paulo), por meio da Resolução 11, declara o Maciço da Juréia como Área Natural Tombada, que posteriormente seria agregada ao Tombamento da Serra do Mar e de Paranapiacaba, mediante a Resolução 40/85.

Até esta data, os moradores tradicionais da área não haviam sido afetados por qualquer medida restritiva advinda destes decretos, mesmo porque, os mecanismos de conservação utilizados até então não eram suficientemente fortes, a nível legal, para controlar o uso do solo na área.

Nos anos 80, estas áreas, assim como outras regiões costeiras de Mata Atlântica, foram declaradas como prioritárias pelos planos regionais de Reforma Agrária.

Em 4 de julho de 1980 a NUCLEBRAS (Empresa Nuclear Brasileira S/A), através de decreto federal, declara todo o Maciço da Juréia e Parnapuã, bem como a extensa planície costeira circundada pelo Rio Una do Prelado, como terras de utilidade pública para fins de desapropriação, para a implantação de usinas nucleares na Ponta do Grajaú. Manifestações quanto à presença da NUCLEBRAS ocorreram nas cidades próximas como Iguape e Peruíbe, onde a população chegou a fazer passeatas em protesto à construção da Usina Atômica. Também na cidade de São Paulo ocorreram várias manifestações, além de Fórum e Seminários que discutiam a importância ecológica da área e a necessidade de maior proteção.

Contudo, os moradores dos bairros abarcados pela Estação Ecológica percebiam a construção da usina como um progresso para a área visto que as estradas seriam conservadas e os bairros seriam servidos de sistemas de água, esgoto e luz, além de proporcionar empregos.

Nesta época em que a Estação Ecológica era administrada pela NUCLEBRAS, os moradores declararam que tinham menos problemas com as restrições e o número de guarda-parques era bastante reduzido. Também a atuação dos guardas-florestais era pouco sentida.

Entretanto, em 1985, cinco anos após ter sido declarada área de utilidade pública, não tendo a NUCLEBRAS efetivado a desapropriação das propriedades existentes na área citada, essa empresa

² Convém esclarecer que os aspectos levantados nessa direção se restringem as principais medidas legais referentes à área em questão.

perdeu o direito de permanecer com a posse da terra. Sendo assim, toda área preservada retomou aos seus antigos proprietários.

Nesses termos, a criação da EEJI adveio da desistência da desapropriação de 23.600 ha, por parte da NUCLEBRAS, local onde seriam implantadas as usinas núcleo-elétricas 4 e 5 do Programa Brasileiro de Centrais Nucleares.

Com a instituição das Áreas de Proteção Ambiental no país, parte da área da Juréia foi englobada pela Área de Proteção Ambiental de Cananéia, Iguape e Peruíbe, criada pelo Decreto Federal nº 90.347/84 e pelo Decreto Federal nº 91.892/85, o qual acrescentou áreas aos limites da Área de Proteção Ambiental citada.

Em 20 de janeiro de 1986, o decreto estadual 24.646/86, passou esta área para domínio do Estado sob administração da SMA. A área que antes era compreendida como Estação Ecológica Federal sob regência da NUCLEBRAS, passou a ser Estação Ecológica Estadual englobando também a reserva Estadual de Itatins. Fica assim, configurada a Estação Ecológica Juréia-Itatins. Os moradores locais que haviam sido contratados pela NUCLEBRAS passaram automaticamente a ter seus compromissos de trabalho com a SMA.

Tendo em vista que a Estação não foi criada em terras de domínio público, como preceitua a Lei nº 6.902/81, foram editados em 1987, quatro decretos de utilidade pública englobando toda a sua área.

No sentido de avigorar o decreto de criação da Unidade de Conservação, foi sancionada a Lei Estadual nº 5.649, de 28 de abril de 1987, criando a Estação Ecológica Juréia-Itatins, com o objetivo básico de assegurar a integridade dos ecossistemas, bem como proporcionar sua utilização para fins educacionais e científicos.

Mesmo após a criação da EEJI, outras medidas legais foram tomadas no sentido de reafirmar a conservação da área. Pode-se citar a Emenda Constitucional nº 56/86, estabelecendo que, sob a proteção especial do Estado, deve permanecer a biota da vertente atlântica da Serra do Mar.

Em outubro de 1991, fica disposto no Decreto Estadual nº 32412 que através de um cadastro de identificação dos moradores integrantes das comunidades tradicionais situadas na Estação Ecológica Juréia-Itatins, será estabelecido quais os moradores se manterão na área. Este cadastro é imprescindível para a regularização fundiária da área, sendo que o prazo de cinco anos para que isto seja efetuado, já está findando.

Finalmente em 4 de fevereiro de 1992, através dos Decretos nºs 34.616, 34.617, 34.618 e 34.619, ficou declarado "de utilidade pública para fins de desapropriação áreas de terras situadas" nos municípios de Peruíbe, Miracatu, Pedro de Toledo, Itarari e Iguape, "destinadas à implantação da Estação Ecológica Juréia-Itatins pela Secretaria do Meio Ambiente", abrangendo o restante das terras que faltavam ser desapropriadas (Diário Oficial, 1992).

O quadro abaixo apresenta, de forma resumida, a datação dos acontecimentos legais que marcaram a área enquanto Unidade de Conservação.

HISTÓRICO DE CONSERVAÇÃO

ANO EVENTO

- 1958** Criação da Reserva Estadual de Itatins.
- 1963** Reserva Indígena de Itarari - índios Guaranis.
- 1979** Tombamento da Serra do Mar e Paranapiacaba pelo CONDEPHAAT abarcando o Maciço da Juréia e Serra de Itatins.
- 1979** Contrato de Comodato assinado pela SEMA (governo federal) estabelecendo uma área de 1.100ha para Estação Ecológica do Maciço da Juréia.
- 1980** Decretação pela NUCLEBRAS das seguintes áreas de utilidade pública para fins de desapropriação - Maciço da Juréia e Parnapuã, e toda a planície do rio Una do Prelado.
- 1984** Parte da área é englobada na APA de Cananéia, Iguape e Peruíbe.
- 1985** Aumenta a área da APA acima citada, ampliando conjuntamente a área protegida na Juréia.
- 1985** Não é efetivada a posse da NUCLEBRAS e toda a área retoma para seus antigos donos.
- 1986** A biota da vertente Atlântica da Serra do Mar decretada como Área sob Proteção Especial do Estado.
- 1986** Decretação da Estação Ecológica englobando antiga Reserva Estadual de Itatins.
- 1987** Implantação da Estação Ecológica da Juréia.
- 1987** Toda a área da EEJI é decretada de utilidade pública para fins de desapropriação.
- 1992** Para que a Estação seja efetivamente implantada são declaradas áreas de utilidade pública para fins de desapropriação o restante das áreas que ainda não haviam sido desapropriadas.

b) Conflitos sociais existentes na área:

A questão fundiária, em grande parte das unidades de conservação do país, é o cerne dos conflitos sociais. O levantamento efetuado pela SEMA (1988) indica que dos 20.565.597 ha de áreas naturais protegidas sob a forma de PARQUES NACIONAIS, RESERVAS BIOLÓGICAS, ESTAÇÕES ECOLÓGICAS, RESERVAS ECOLÓGICAS, FLORESTAS NACIONAIS e ÁREAS DE PROTEÇÃO AMBIENTAL, apenas 42,3% estavam com a situação fundiária regularizada. No decorrer de 1988 e 1989, apesar de terem sido decretadas algumas novas áreas protegidas, a situação geral pouco mudou.

As condições de manejo e de gestão administrativa verificadas no estudo da SEMA (*op.cit.*) demonstraram deficiências graves. A análise da situação das várias categorias mostrou que apenas 54% dos Parques Nacionais e 67% das Reservas Biológicas possuem plano de manejo em grande parte, desatualizados; 65% das Áreas de Proteção Ambiental e nenhuma Estação Ecológica contavam com zoneamento e diretrizes de uso. Das 15 Florestas Nacionais, apenas uma tinha plano de manejo.

Este quadro, que se repete na maioria das unidades de conservação do país, evidencia que a inexistência de uma política unificada de conservação da natureza gera uma duplicação de esforços e desperdício de recursos, incrementando ainda mais as já enormes dificuldades para preservação adequada da diversidade biológica e cultural existente no território nacional.

A ocorrência de conflitos fundiários na região que hoje é limitada pela Estação Ecológica, como já foi relatado, antecede à criação desta Unidade de Conservação. O QUADRO 4 apresenta as principais áreas de conflitos levantados pelo Grupo da Terra (SUDELPA) entre 1984 e 1987.

QUADRO 4 - conflitos ocorridos em algumas comunidades que atualmente são abarcadas pela EEIJ

MUNICÍPIOS	LOCALIDADE	NATUREZA	N.º DE FAMÍLIAS	POPULAÇÃO	ÁREA	OBSERVAÇÕES
Iguape	Divisor	Partic.	31	50	430	- contestações de ação - 8 ações em andamento - 5 ações de uso capião
Iguape	Utinga Grande (Itinguaçu)	Partic.	44 (57)	220	994,9	- ações propostas de reintegração de posse contra posseiros - 8 ações de usucapião especial com posse justificada. - ações de reintegração de posse contestada - 3 mortes de posseiros - 8 mortes de jagunços
Miracatu	Vista Grande	Partic.	36	180	787,5	- desapropriação pelo INCRA para reforma agrária.

Fonte: Grupo da Terra, 1987

Agressões provocadas por grileiros ou grandes proprietários através de jagunços diminuíram ou deixaram de ocorrer em vários bairros abarcados pela EEIJ.

Os conflitos referentes às medidas restritivas impostas pelo sistema de conservação, segundo declarações dos moradores, se ampliaram após a decretação da Estação Ecológica pela atual SMA, quando então as restrições para uso do solo passaram a ser mais sentidas pelos moradores, pois a fiscalização tomou-se mais efetiva.

Apesar dos vários instrumentos jurídicos que se sobrepõem (FIGURA 2 - apresenta as diversas unidades de conservação da área), a preservação da área ainda não está assegurada. O maior empecilho para que isto ocorra efetivamente é a questão fundiária, pois não é possível aplicar qualquer tipo de plano de manejo quando a área não está sob posse completa do Estado.

Enquanto não se definem quais os verdadeiros proprietários das terras - pois, há várias posses com sobreposição de títulos - e quais os moradores que possuem o direito de permanecer na área, a utilização dos recursos continuará sendo desordenada.

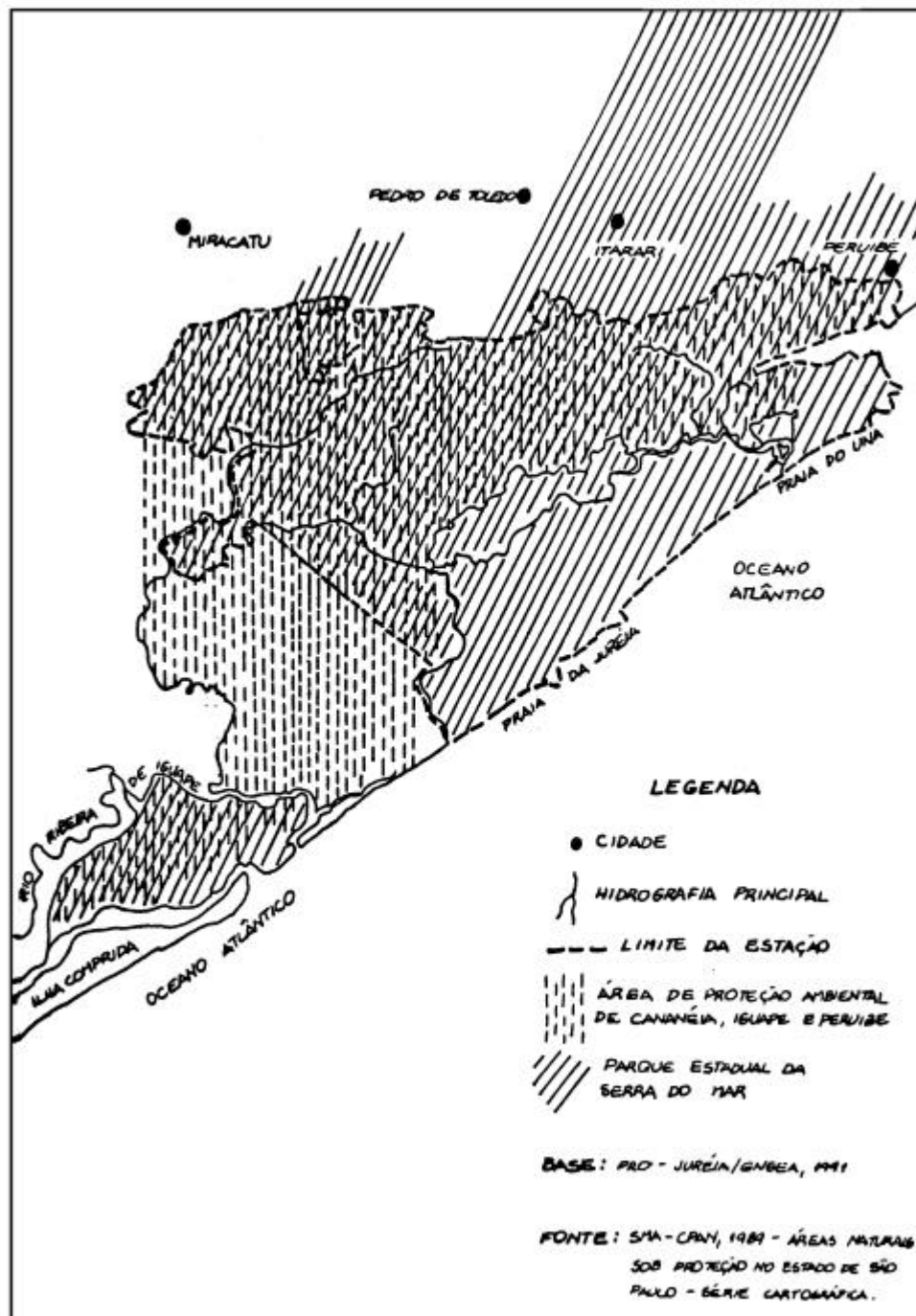
Um exemplo disto é o que acontece a alguns técnicos agrícolas que declararam em suas entrevistas, serem impedidos por caseiros (por ordem dos "donos") de entrarem em algumas propriedades. Estes caseiros que seriam beneficiados pelo auxílio técnico ficam privados, por ordem de seus empregadores, de realizarem qualquer modificação na área sem autorização prévia.

Somando-se a isso, a falta de conciliação dos objetivos de preservação com a ocupação humana e as várias medidas restritivas impostas tornam praticamente inviável a presença de populações na Estação Ecológica. Estas restrições implicam na proibição de qualquer tipo de extrativismo, na implementação de espécies vegetais ou animais que não sejam próprias da área, na pesca em alguns trechos de rios, entre outras.

A partir de declarações de guarda-parques e guardas florestais constatou-se que os conflitos com moradores e veranistas, em termos de frequência de ocorrência, indicam a caça e o extrativismo ilegal como predominantes, além da ocorrência de incêndios, desmatamentos e pesca ilícita, com incidência variável de área para área.

As medidas restritivas de controle ambiental/ecológico adotadas na EEJI alteram significativamente a forma de vida dos moradores da área, os quais desenvolvem atividades ligadas à agricultura de subsistência e à pesca, entre outros tipos de extrativismo. Como ainda não foi efetivado um plano de manejo para a EEJI, os moradores vivem sob pena de estarem frequentemente infringindo as leis.

FIGURA 2 – Croquis de localização das Unidades de Conservação que abarcam a EEJI



IV - A VIDA NAS COMUNIDADES DA ESTAÇÃO ECOLÓGICA DE JURÉIA-ITATINS: O CASO DO DESPRAIADO, VILA DA BARRA DO UNA E CACHOEIRA DO GUILHERME

a) Populações Tradicionais e Conservação da Natureza

Em que pese a controvérsia que existe sobre o significado desses termos, para fins desse trabalho entende-se por populações tradicionais um tipo de organização econômica e social com pouca ou nenhuma acumulação de capital e sem relação de trabalho assalariado. Caracterizam-se por uma sociedade de produtores independentes que estão envolvidos em atividades de pequena escala, como agricultura, pesca e artesanato. A economia destas comunidades é baseada no uso intensivo dos recursos naturais renováveis. Uma importante característica destes pequenos produtores é o grande conhecimento que possuem dos recursos naturais, das diferentes espécies e seus hábitos alimentares, dos ciclos biológicos etc, (Diegues, 1992a).

Estas populações são um dos componentes sociais de essencial importância para manutenção e suporte das áreas protegidas. O alijamento destas populações, principalmente nos países subdesenvolvidos, como atenta Ghimire (1991), implica numa política onde impera o controle burocrático de florestas, combinado com um declínio sócio-econômico de importantes grupos étnicos.

Considerando esse nível de conflito e contradições - a presença de populações nas Unidades de Conservação -, é preciso atentar para a forma como este problema vem sendo tratado em âmbito mundial.

No sentido de auxiliar e indicar propostas para o tratamento destas questões foi lançado um documento intitulado *Estratégia Mundial para Conservação da Natureza* (UICN, 1980 e CESP, 1984). As indicações deste documento permeiam a legislação, conceitos e política ambiental de muitos países, inclusive do Brasil.

Através deste documento, a UICN (*op.cit.*) desmistifica a pretensa incompatibilidade entre a conservação da natureza e o desenvolvimento equilibrado, "dando os procedimentos para um melhor uso dos recursos naturais para gerações presentes e futuras".

A prioridade desta estratégia é a conservação dos recursos naturais. Para que isto seja desenvolvido de forma eficaz, é essencial a manutenção dos processos ecológicos, a preservação da diversidade biológica e a utilização sustentável das espécies e dos ecossistemas.

Também são desenvolvidos naquele trabalho, importantes conceitos que norteiam a legislação e a ação ambiental. Podem-se destacar os seguintes:

a conservação é definida como um "processo de aplicação transitoria e não propriamente um setor de atividade. (...) A conservação é o aspecto da gestão de recursos que garante a utilização perene e que permite obter maior proveito permanente dos recursos vivos";

quanto à utilização dos recursos naturais por comunidades tradicionais e/ou camponeses, este documento atenta para o fato dessas comunidades dependerem direta e imediatamente dos recursos vivos.

O relatório aponta, ainda, como um dos requisitos prioritários para o aproveitamento sustentável dos recursos naturais, o preparo das "comunidades de subsistência", de tal modo que possam aproveitar os recursos de maneira sustentável.

A premente necessidade de se discutir a importância das populações tradicionais para o uso sustentável e/ou conservação dos recursos naturais, fez com que este fosse o tema principal do *IV Congresso Mundial de Parques Nacionais e Áreas Protegidas*. Neste encontro, realizado em Caracas (janeiro de 1992), ficou reconhecido o papel positivo freqüentemente desempenhado por essas populações na conservação dos ecossistemas, antes de sua transformação em unidades de conservação e mesmo após o estabelecimento destas. Neste sentido, são indicadas algumas soluções de caráter emergencial, da qual se destaca a indicação para o desenvolvimento de políticas que salvaguardem os costumes e tradições destas populações.

Através dos trabalhos apresentados neste Congresso, tentou-se demonstrar que as U.Cs. podem funcionar como um grande laboratório onde, junto com os moradores, poder-se-á desenvolver projetos de manejo auto-sustentável, iniciativas de desenvolvimento rural, além de estratégias mais amplas para a conservação e uso sustentável dos recursos naturais da Terra.

Em vários países têm sido realizados trabalhos que destacam a importância das comunidades tradicionais para a conservação dos locais onde estão instaladas, bem como, para a manutenção da diversidade cultural.

Segundo a *Estratégia Mundial para a Conservação* (UICN,1984), estas comunidades tradicionais têm um conhecimento detalhado e profundo dos ecossistemas e espécies com as quais estão em contato, e métodos efetivos para garantir o uso racional dos mesmos. A diversidade cultural proporciona um "conglomerado de genes" intelectuais e humanos - matéria-prima básica para ocorrer a adaptação ao meio ambiente local. Neste trabalho se destaca a importância de se analisar as contribuições específicas que as áreas protegidas podem apontar para a solução de problemas que são de interesse comum, tanto para as comunidades, quanto para a administração de áreas protegidas (UICN,1992).

Neste sentido, o trabalho de Johanes e Ruddle (1989) atenta para o fato de que, para algumas comunidades, compartilhar dos seus conhecimentos significa, de alguma forma, perder espaço e poder. Assim sendo, o conhecimento e as técnicas tradicionais só seriam transmitidas caso as comunidades vislumbrassem algum benefício. Desta forma, "o controle dos planos de manejo pelas administrações de áreas protegidas representa para as comunidades uma ameaça" (Johanes e Ruddle, 1989).

No sentido de destacar a importância das populações tradicionais para a continuidade da conservação da área, foi feito um estudo de campo, onde se procurou identificar os diferentes modos de vida entre as comunidades da EEJI, configurando as formas de uso dos recursos, os problemas e principais conflitos com outros agentes da Estação.

Segue no texto o relato e análise de cada comunidade visitada. A FIGURA 3 localiza num croqui, cada uma delas.

b) O bairro do Costão – Despraiado

1) Características da área:

Esta comunidade, que pertence ao município de Iguape, está localizada ao longo da estrada que atravessa o vale entalhado pelo rio Espraiado, entre a Serra dos Itatins e a do Bananal, ao norte da Estação. Sua população vive do plantio e venda da banana e de culturas de subsistência (arroz, feijão, milho e mandioca) (SMA-DPRN-Equipe do Litoral Sul-IF, 1991).

O bairro do Despraiado possui duas igrejas pentecostais. As duas escolas existentes no bairro são municipais e localizam-se próximas às duas extremidades da estrada, oferecendo cursos da 1ª a 4ª série do 1º grau.

2) Características da população e atividades econômicas:

As entrevistas foram feitas com dez famílias da área do Despraiado, designada pelos moradores como Costão.

Segundo o Cadastro Geral de Ocupantes da EEJI (Equipe do Litoral Sul- SMA, 1991), existem 69 famílias em todo o bairro do Despraiado, sendo vinte e seis tradicionais da região, dezenove são adventícias oriundas, principalmente, do norte e nordeste do país, e que estão na área antes da criação da Estação. As vinte famílias restantes ocupam há pouco tempo a área e não possuem laço histórico-cultural com o local.

Das áreas visitadas, o bairro do Despraiado é o mais diversificado quanto ao tipo de população que ocupa a área. Os habitantes se distinguem desde quanto aos locais de origem, quanto às características culturais (como religião, relações domésticas, etc.). Também divergem quanto à forma de plantio, tipos de produtos plantados, forma de exploração econômica da terra, organização política, e relação de posse com a terra - uns moradores são posseiros, outros caseiros, etc.

A atividade econômica preponderante é o cultivo da banana (prevalecendo a variedade de banana-nanica), que é a base da renda familiar da maioria dos moradores da área.

Segundo relatório da Secretaria do Meio Ambiente (1989), as áreas de pequena plantação variam de dois mil a vinte mil pés e, pela carência de técnicas adequadas de manejo, apresentam uma produtividade baixa. As áreas cultivadas se espalham predominantemente nas encostas e, por vezes, nas várzeas. De modo geral, utilizam mudas da própria área, havendo entre os moradores um estímulo para trocas de mudas. Os solos são, na maioria das vezes, utilizados inadequadamente. Não sendo providenciado nenhum tipo de proteção, ocorre desperdício de matéria orgânica dos mesmos e as vertentes tomam-se uma face desprovida para a ação da chuva via a erosão e lavagem de seus nutrientes.

Associando-se a estas condições, a perda de nitrogênio e acidificação dos solos reduz a vida útil do bananal e sua produtividade.

3) Situação fundiária:

Tendo uma situação de acesso à terra bastante confusa, os moradores do Despraiado sempre enfrentaram conflitos de diferentes ordens no tocante a essa questão. Vários são os moradores que foram ameaçados de "desapropriação"; de "despejo", e a maioria deles tem termos de posse irregulares e escrituras falsas*. Segundo relatório da SMA (1989) sobre o bairro do Despraiado, no primeiro semestre de 1986, foi constatado pelo Grupo de Resolução de Conflitos Fundiários - SUDELPA, conflitos pela posse da terra na área, envolvendo diversos pretensos proprietários com títulos sobrepostos que estariam fazendo loteamento irregular. Alguns grileiros chegaram a colocar jagunços, chegando a queimar casas na tentativa de expulsar os moradores.

Após a entrada da NUCLEBRAS na área e a criação da Estação, os moradores relatam que estes conflitos foram amenizados, porém surgiram outros, como a ameaça de desapropriação acompanhada por uma baixa indenização proveniente do tipo de ocupação (tamanho e tipo de casa, área agrícola, tipos de cultivos etc.) e da situação fundiária irregular.

³FORMAS DE OCUPAÇÃO:

Posseiros com mais de 4 anos: 28 famílias

Posseiros com menos de 4 anos: 10 famílias

Proprietários com menos de 4 anos: 01 família

Caseiros/Empregados/Meeiros com mais de 4 anos: 06 famílias

Caseiros/Empregados/Meeiros com menos de 4 anos: 20 famílias

Comodatário com mais de 4 anos: 03 famílias

Agregado com menos de 4 anos: 01 família

Fonte: Cadastro Geral dos Ocupantes da EEJI -SMA, 1991

A SMA está fazendo o levantamento fundiário juntamente com um levantamento sócio-econômico da área, para que seja possível regularizar a situação fundiária, não só desta área, como também de toda a Estação. Mas, com a iminência da desapropriação os moradores encontram-se desorientados e têm suas atividades prejudicadas.

4) Problemas e propostas dos moradores frente à EEJI:

Dos problemas encontrados no Despraiado, o que desfavorece mais suas atividades é a manutenção de uma estrada vicinal que passa pelo bairro, ligando Iguape a Pedro de Toledo. Esta estrada foi embargada pela Pró-Juréia e desde então não passa por manutenção; o escoamento da produção depende da perenização desta estrada. No estado em que ela se encontra, os caminhões de banana que vêm comprar o produto, não se dispõem mais a circular por todo o bairro; além disso, baixam o preço do produto, devido aos desgastes a que submetem seus veículos. No mercado livre de Iguape os produtos também não encontram bom preço, pois os compradores não se dispõem a ir até o Despraiado para buscar os produtos e os moradores não têm nenhum sistema para transportá-los.

Apesar deste problema não ser decorrência da criação da EEJI, atualmente para que a estrada seja perenizada, ou mesmo para melhor conservação dessa, a SMA tem que autorizar as obras na área e, segundo depoimento dos moradores, a presença da Estação é um empecilho para que estas obras sejam executadas.

A renda familiar de todos está comprometida, devido as grandes dificuldades que os moradores encontram em comercializar seus produtos. A manutenção, ampliação ou reforma de suas moradias ou roçados, também estão bastante comprometidos. Com a ameaça da desapropriação os moradores sentem-se (des) incentivados a fazer qualquer mudança em suas áreas. Sendo assim, estruturas de casas, cercados, represas, criações e roças estão relativamente abandonados e/ou comprometidos, mantendo apenas a plantação de banana que continua sendo o principal responsável pela sobrevivência de todas as famílias.

Quanto às medidas restritivas impostas pela EEJI, os moradores relataram que a prática da caça sempre foi uma atividade tradicional para sua sobrevivência. Nunca houve a prática de grandes criações para corte, mesmo porque são poucas as pessoas que têm área suficiente para destinar uma parte para criação. Sendo assim, a caça era uma atividade necessária. Os entrevistados ainda relataram que a caça praticada pelas famílias não era responsável pela degradação da fauna, mas acusam aquela realizada por turistas que, segundo depoimento de um morador, por vezes "invadiam a área para praticar tiro e abandonavam os animais mortos no local".

Este tipo de atitude é condenada por muitos moradores, mas eles afirmam que alguns vizinhos chegaram a guiar turistas ou trabalhar como "mateiros", por se encontrarem, às vezes, em situações difíceis, ou mesmo por esta ser uma atividade bastante rentável.

Segundo os moradores, a distinção das pessoas que caçam para alimentar suas famílias, daquelas que sobrevivem da venda de animais é bastante clara. Neste sentido, eles propõem que sejam observadas em que condições ocorre a caça e por quem ela é praticada; para que seja garantida a carne na alimentação das famílias. Em parte de seu depoimento um dos moradores relata que:

"... Nós somos obrigados a caçar porque tem uma coisa, nós não temos açougue, nós não temos acesso a cidade todo dia, eles tem açougue na esquina eles ganham salário, já falei isso naquelas reuniões... eles andam aí por dentro desmanchando a armadilha, mas eu vou dizer uma coisa, o dia que eles colocarem um açougue aqui, a gente para de caçar... mas também, como está a situação a gente não tem dinheiro."

Como consequência desta situação, ocorreu uma série de conflitos entre moradores do bairro, entre a administração da Estação, guarda-parques, e guardas florestais, que segundo depoimentos, são muitas vezes fruto da desinformação na qual se encontram os moradores.

Os moradores foram multados várias vezes, por infrações como: a queimada - prática que tradicionalmente era realizada, e com a proibição eles não sabiam como "limpar suas terras". Com o impedimento ou falta de orientação para a criação muitos continuam caçando, não entendem e não concordam em ter que comprar palmito já que eles possuem em seus quintais.

"... Nós viemos pro mato porque nós queríamos se manter no mato, quando a lei chegou nós já estávamos no mato. Agora eles não podem dizer que tudo é proibido sem dá condições de nós se manter. Eu não sou ladrão e não quero ser preso; eu vou cortar e caçar dentro do meu sítio."

Porém, como é relatado por um morador, "para a vergonha dos moradores do bairro", a prática da caça e do extrativismo não é feita apenas por questão de sobrevivência.

Há no bairro do Despraiado aproximadamente seis famílias que vivem do corte, considerado ilegal, do palmito. Os palmiteiros arrendam parte de terras de alguns sítiantes, mas, segundo o depoimento de vários moradores, invadem sítios vizinhos a essas terras e extraem palmito. O palmito extraído é vendido para um morador do Despraiado, que por sua vez revende às fábricas. Esta atitude irregular, recriminada por todos os entrevistados, justificaria o descaso dos órgãos governamentais com a área, e principalmente a não manutenção da estrada, pois esta serve também para o escoamento do palmito.

Todas estas questões criam divergências entre os moradores e principalmente entre os guarda-parques que são membros da comunidade.

As famílias que são parentas destes guardas sentem-se protegidas e informadas quanto às possibilidades e alternativas favorecidas pela Estação. Porém, o restante dos moradores sente-se ameaçado pelos guarda-parques, pois alguns os vêem como delatores, como comprova o depoimento de um dos moradores:

"Nós não sabemos como essa gente que está trabalhando na SEMA⁴ está sendo instruída, me disseram que eles ganham ponto quando pegam a gente... eu não posso afirmar porque não posso provar, mas parece que havia esse negócio aqui dentro. Então, aqui nós temos medo dos próprios colegas, a gente vive com medo de qualquer pessoa que trabalha aqui. Teve um senhor que o filho dele entrou na SEMA e ele expulsou da casa, porque no dia de amanhã ele precisa de uma caça vai lá no mato e seu filho vai cagoetar..."

A SEMA tá fazendo com que a gente crie um atrito entre nós mesmos, porque com as nossas brigas eles se prevalecem da situação e acabam com a gente."

Aspectos levantados no depoimento dos moradores já foram observados pela Equipe do Litoral Sul-SMA (1989), responsável pelo estudo desta área. Neste relatório são observadas as preocupações dos moradores com a "forma de trabalho iniciada pela SMA", estando presente a indicação da necessidade "das duas partes interessadas caminharem juntamente". Assim, estariam contempladas a "melhoria das relações entre a população e a Unidade de Conservação, o que resultaria numa melhoria da qualidade de vida da mesma e na conservação das áreas florestadas".

No citado relatório, a SMA admite que existe na área uma completa falta de estrutura para que os agricultores melhorem a qualidade de seu produto. Sendo que infra-estrutura na área significa: armazenamento; transporte; orientação técnica apropriada e adequada. Porém, segundo relato dos moradores, são nulas as iniciativas da SMA para que isto realmente seja efetivado, o que continua deficiente e sem nenhum vislumbre de mudanças para os moradores.

⁴ O morador usa esta expressão referindo-se a Secretaria do Meio Ambiente do Estado de São Paulo

5) Associações de moradores da área:

Os moradores do Despraiado estão organizados em duas associações. A primeira associação formada foi a *Associação dos Moradores do Despraiado*, organizada logo depois da criação da Estação, com o objetivo de congregar os moradores num Fórum onde houvesse a possibilidade de discutir os problemas da comunidade juntamente com os técnicos da SMA responsáveis pela área. Nas assembleias desta associação são discutidos propostas e normas da SMA para a área, reformas, manutenção e implementos de obras sociais, além de informar os moradores das questões que interferem na vida da comunidade.

Por não possuir sede própria, esta Associação utiliza casas de moradores ou instalações públicas, como igrejas ou escolas, para suas reuniões. Devido a desentendimentos políticos, foi desmembrada e formou-se uma outra que é integrada basicamente pelos presbiterianos.

As atividades atuais da *Associação dos Moradores do Despraiado* dizem respeito, principalmente, à questão da desapropriação e indenização dos moradores da área. Através de alguns membros da Associação (filhos de um dos moradores que residem em Iguape), tem-se acesso à Prefeitura e ao Fórum de Iguape. Os moradores conseguiram, deste modo, cópias do processo de desapropriação e dos valores de indenização dos lotes do bairro. A desinformação a respeito do processo e a baixa avaliação feita para suas terras estão gerando vários problemas e conflitos entre os moradores.

A desinformação que impera entre estes moradores, segundo depoimentos, já causou alguns incidentes: um morador sofreu derrame e outro infarto, pois a notícia da desapropriação foi vinculada como imediata. Os moradores mais velhos e aqueles que estão há mais tempo na área são os mais preocupados e revoltados com esta situação, pois consideram um desrespeito não serem informados sobre o processo desapropriatório, do qual eles serão os principais atingidos.

Esta Associação demonstrou uma grande mobilização e iniciativa de seus membros em buscarem informação, e manifestarem suas opiniões sobre as atividades das quais eles se dizem "vítimas", diante dos responsáveis pela área onde estão locados.

Segundo depoimento dos moradores ligados a esta Associação, a criação da Estação é um fator complicador de seus problemas, pois se antes eles buscavam soluções na Prefeitura de Iguape, agora eles desconhecem quem é o principal responsável pela área.

A outra unidade representativa dos moradores é a *Associação Evangélica Comunitária do Costão*. Como já foi dito, ela congrega os presbíteros do bairro, e se formou após desentendimentos políticos com a outra Associação.

Apesar das reivindicações serem semelhantes à outra, os membros da *Associação Evangélica* estão mais informados quanto às propostas de melhoria para a área, e também quanto ao processo de desapropriação pelo Estado. A circulação de informações entre os moradores torna-se mais fácil não só pelo bom relacionamento mantido entre eles e a SMA, mas porque todos os guarda-parques e moradores do Despraiado participam dessa Associação.

Sendo assim, há no bairro duas posições bastante distintas quanto à questão da desapropriação, motivadas principalmente pela má vinculação de informação. Uma parte dos moradores continua com suas atividades normais, pois sabe do interesse da SMA em mantê-los na área. Porém, a outra parcela dos moradores incrédulos quanto a uma postura da SMA que os beneficie, desconhecendo propostas que os mantenham na área, e que crie melhores condições para sobrevivência, percebem a questão da desapropriação como inevitável. Desta forma, aceitam-na, desde que a indenização tenha um valor com o qual eles possam "continuar a vida lá fora".

c) Comunidade da Cachoeira do Guilherme

1) Características da área:

A comunidade da Cachoeira do Guilherme é um bairro rural do município de Iguape, que tem suas casas distribuídas ao longo do Rio Una do Prelado e o principal aglomeramento fica em um de seus afluentes - que recebe as águas da Cachoeira. A comunidade têm oito famílias (todas ligadas por parentesco), que somam 32 indivíduos, há residentes com mais de quatro anos na área (Equipe do Litoral Sul- SMA, 1991). O núcleo principal abriga atualmente cinco famílias, mas já chegou a abrigar 25 (vinte e cinco).

O fundador desta comunidade foi o Sr. Sátiro da Silva Tavares e sua família (mãe e dois irmãos), que chegou à região há 62 anos atrás. O Sr. Sátiro, que hoje está com 76 anos, é o líder espiritual da comunidade, seus conselhos exercem influência não só nos moradores da Cachoeira, como também, em diversas comunidades da Estação que o procuram em busca de conselhos e para a cura de enfermidades.

2) Características da população e atividades econômicas:

A comunidade da Cachoeira vive basicamente da lavoura; antes da entrada da NUCLEBRAS, o principal produto produzido e comercializado era o arroz.

Entretanto, eles também produziam outros alimentos: feijão; mandioca; cana-de-açúcar; milho e em alguns casos algumas frutas como: laranja, limão e banana. A caça e a pesca eram realizadas apenas para a subsistência. Na vila existia uma moenda, onde se fazia o melaço e a rapadura para ser usada como adoçante.

Nas épocas em que o preço do arroz tinha uma queda muito grande e sua comercialização ficava impossibilitada, os moradores coletavam palmito para a comercialização. Principalmente na década de 70, eles foram procurados por palmiteiros, que os contrataram para trabalhos de corte e, nesta época, a atividade de plantio de arroz para a comercialização foi interrompida. Na verdade, toda a lavoura ficou comprometida depois que as pessoas começaram a coletar palmito, pois o ciclo de plantio foi interrompido, e mesmo a roça que era feita para sobrevivência foi reduzida.

Os compradores de palmito vinham de Bertioga, Registro, Santos e Iguape. O pagamento, apesar de não ser muito alto, era o suficiente para o sustento das famílias que se viam favorecidas pela baixa inflação da época.

Também, algumas famílias foram empregadas na extração de caxeta para uma tamancaria que existia nas proximidades, e que foi desativada, após a vinda da NUCLEBRAS.

As áreas de lavoura ocupam áreas de capoeira baixa e capoeira alta e a cultura de mandioca segue o sistema de rotatividade. A área de mata mais densa era explorada basicamente, na extração de palmito, extração de madeira - para a construção de casas e cercados, e na colocação de armadilha para caças.

Após a entrada da NUCLEBRAS, e a posterior transformação da área em Estação Ecológica, o único produto que pode continuar sendo comercializado foi o arroz, mas segundo depoimento dos moradores, o rendimento da produção caiu, pois a "terra começou a negar", e mesmo a qualidade do arroz piorou.

Atualmente, a comercialização da produção está bastante dificultada, não só pela falta de mercado, como também pelas leis do mercado atual. Se antes eles levavam sua produção para Iguape duas ou três vezes ao ano, e o dinheiro arrecadado era o suficiente para comprar os utensílios e mantimentos necessários, e ainda havia uma sobra, hoje o preço conseguido com a venda é suficiente apenas para por combustível no barco e comprar poucos mantimentos. A inflação também é um agravante, pois os comerciantes que antes vendiam fiado ficam agora impossibilitados de manter esta

prática, e o saldo da venda do arroz, quando existente, desvaloriza rapidamente na mão desses lavradores, que logicamente não têm acesso a nenhum sistema bancário.

A solução encontrada por estes moradores para a manutenção de uma atividade econômica foi o assalariamento das oito famílias hoje presentes na Cachoeira do Guilherme; três são empregados do Estado (dois guarda-parques e uma cozinheira de um futuro alojamento que será construído nas proximidades); um é empregado da prefeitura de Iguape; dois são aposentados rurais e dois não recebem nenhum tipo de rendimento - sendo que um deles, Sr. Joaquim, filho do Sr. Sátiro, brevemente também será empregado pelo Estado como guarda-parque, e no momento trabalha na construção da escolinha municipal da comunidade, a qual vinha ocupando sua casa. Sobre este assunto um morador declara:

“Eu posso dizer o seguinte, se eu não fosse empregado faria a mesma coisa (caçar ou coletar palmito ou caxeta), eu sempre trabalhei na roça e só fazia isso. Eu acho que o governo não quer judiar da gente, antes não podia plantar em mato baixo, agora já pode, eles liberaram terra por escrito. Quando não podia, eu não podia deixar. Agora o cara pode plantar para sobreviver.”

Outro morador desempregado é o Sr. Aparecido que impossibilitado de continuar exercendo sua atividade como coletor de palmito, deixou a área com sua família, dirigindo-se para Iguape. Vivendo na cidade por um ano, o Sr. Aparecido verificou que as condições de sobrevivência oferecidas eram piores que quando se encontrava na Cachoeira do Guilherme. Sendo assim, resolveu voltar, e hoje ele tenta comercializar sua pequena produção de arroz, cana-de-açúcar e banana em Iguape, onde consegue baixos preços.

Com o emprego e o assalariamento de várias pessoas da comunidade, os costumes e alguns conhecimentos de plantio, cerimoniais etc., não estão sendo transmitidos para os mais jovens. Estes jovens não pretendem deixar o local, mas buscam também alguma forma de trabalho assalariado, que evitem que eles continuem na lavoura. O Sr. Sátiro, que tem seus conhecimentos transmitidos desde a época de seu avô, deixa como "substituta" sua filha Paula, mas percebe que seus netos já não demonstram tanto interesse pelos cultos religiosos, nem pelos conhecimentos de "homeopatia" que ele possui.

3) Situação fundiária:

A questão fundiária sempre foi um problema constante na vida dos moradores da Cachoeira do Guilherme, mas na década de 80 ele se acentuou. A área foi reclamada por um grileiro no início desta década, mas os moradores contrataram um advogado e conseguiram a posse da área. Segundo depoimento de um morador, com a vinda da NUCLEBRAS e a decretação da Estação Ecológica, as terras passaram a ser do Estado e, de certa forma, garantiu a permanência destes moradores na área.

Com a iminência da desapropriação, algumas pessoas da comunidade pensam em aceitar o dinheiro da indenização, porém eles não têm noção do valor de suas terras, sentindo-se mais vulneráveis e sem condições para resistirem.

Os moradores acreditam que a adaptação na cidade seria difícil, mesmo porque a maioria deles só conhece as cidades de Peruíbe e Iguape. A comunidade está ciente de que, apesar das dificuldades apresentadas pelas restrições da Estação Ecológica, as condições de vida são melhores no lugar onde eles nasceram e estão criando seus filhos, do que iniciar uma nova vida na cidade.

Os moradores afirmam que nunca concordaram com a entrada de caçadores ou pescadores amadores, ou mesmo qualquer outro tipo de turismo na região da Cachoeira do Guilherme, pois entendem que estas atividades desestruturariam a sua rotina. Um turista entrevistado declarou que devido ao "misticismo" que envolve a área (motivado pelas curas e as rezas do Sr. Sátiro), ele não "sentia-se a vontade" para avançar rio acima, com medo do que a comunidade poderia fazer.

Entretanto, algumas pessoas já chegaram a servir de guia para caçadores e pescadores amadores, apesar de não concordarem com a prática de "tiro ao alvo" com animais.

4) Problemas e propostas dos moradores frente à EEJI:

A sobrevivência destes moradores, atualmente, está bastante comprometida, devido principalmente às medidas restritivas impostas pela Estação. Com o impedimento de ampliar as áreas de plantio, de coletar caxeta ou palmito e de caçar, a única alternativa restante é o assalariamento.

Segundo depoimento de um morador, não só para esta comunidade como também para todas as outras da Estação, a única saída para amenizar e contribuir para a sobrevivência das famílias é o emprego de algumas pessoas pelo Estado. Ainda no seu depoimento, este morador afirma que mesmo com o assalariamento, as pessoas não se desvinculariam de atividades que tradicionalmente vêm executando, como a pesca, a lavoura e até mesmo a caça, pois são destas atividades que eles obtêm seus alimentos e o salário é empregado na compra de roupas, remédios e outros suprimentos.

O aumento da produção agrícola objetivando a comercialização não seria totalmente rentável, pois há muito tempo eles não conseguem bons preços pelos seus produtos. Apenas o palmito e a caixeta têm boa aceitação no mercado. Desta forma, este senhor propõe que seja autorizado aos moradores desempregados o corte destas árvores.

Todos os moradores entrevistados na Cachoeira do Guilherme afirmam que, apesar das restrições, a Estação Ecológica trouxe benefício às suas vidas, pois o turismo crescente que vinha invadindo a região representava uma ameaça.

Também as comunidades, em especial a da Cachoeira do Guilherme, recebem vários auxílios (roupas e alimentos) dos pesquisadores que constantemente visitam a área. Mesmo a Secretaria do Meio Ambiente através da direção da Estação, vinha fornecendo uma cesta básica para cada família da vila, fato que deixou de ocorrer a partir do início deste ano, por motivos que os moradores desconhecem.

O emprego de algumas pessoas da comunidade como guarda-parques geraram alguns conflitos entre as famílias. Com intuito de cumprir corretamente os seus deveres, muitas vezes, os guarda-parques recolheram caça, palmito e pescado. Tradicionalmente estas famílias sempre recorreram à pesca e à caça para consumo próprio, devido principalmente a impossibilidade de conseguir carne por outros meios. Esta prática teve que ser interrompida, mas a obtenção destes alimentos por outras vias não foi favorecida, obrigando assim, a continuidade destas atividades mesmo após a criação da Estação.

As pessoas empregadas como guarda-parques geralmente fazem parte da família dos líderes da comunidade. Alguns moradores declaram que o emprego de algumas pessoas como guarda-parques, muitas vezes é usado para cooptar pessoas que de alguma forma divergem das medidas estabelecidas.

Um dos moradores declara em seu depoimento:

“As pessoas que criam problema queriam que a lei não fosse como é eles queriam por o paulista aqui pra dentro, dar lugar pro paulista montar barraca, vender um pedaço de terra pra ele, e isso a gente não pode fazer, uns queriam separar o mato dizendo que esse aqui é meu e esse é o seu, colocar cerca, mas agora tudo é do Estado e nós vamos ser desapropriados. Tem gente que quer tirar palmito, tirar caxeta, e a gente não deixa. Aí ele cria problema, mas não vê que a culpa não é minha... tinha gente que dizia se eu não deixasse matar um passarinho ia me pegar...”

...mas agora tem gente que entende.”

Sabendo que a caça e a pesca realizada por alguns moradores tradicionais em locais proibidos é condicionada a um fator de sobrevivência, a Polícia Florestal e mesmo a direção da Estação Ecológica,

impedidos de darem autorização para estas atividades, permitem que isto aconteça de forma dissimulada.

5) Associações de moradores da área:

A comunidade da Cachoeira do Guilherme não possui nenhuma associação ou organização de moradores, porém a maioria destes (excetuando as famílias dos guarda-parques), apóia a *Associação dos Moradores da Juréia*, e participam, quando possível, das reuniões promovidas pelo seu presidente.

Em uma destas reuniões foi apresentada aos moradores uma proposta de Reserva Extrativista para a área; com esta, seriam liberadas áreas para o corte de palmito e extração de caxeta. A comunidade se mostrou favorável a esta proposta, apesar de não ter muito conhecimento do que realmente representaria esta mudança para suas vidas.

d) Comunidade da Barra do Una

1) Características da área:

A Vila Barra do Una, município de Peruíbe localiza-se na margem esquerda do rio Una do Prelado, próxima à sua foz. É composta tradicionalmente por famílias de pescadores.

A área é ocupada por um total de 42 famílias (162 indivíduos), sendo vinte tradicionais que vivem da pesca artesanal e de pequenas culturas de subsistência. As demais famílias vivem de prestação de serviços em casas de turistas, *campings*, e bares (Equipe Litoral Sul- SMA,1991). Segundo o Cadastro Geral de Ocupantes da EEJI, apenas nove (9) famílias estão na área há mais de quatro anos; as restantes se mudaram para a Estação depois da sua decretação.

Foram entrevistadas sete (7) famílias, cinco (5) moradores tradicionais, um veranista e um migrante de outra área da Estação.

2) Características da população e atividades econômicas:

Das comunidades visitadas, esta foi a que se apresentou mais fechada a qualquer alteração externa que não passasse pelo consenso dos moradores. Eles não utilizam o posto de saúde, recentemente construído na vila, porque a enfermeira responsável não é da comunidade. A escola só é freqüentada, porque a professora é nascida na vila. Desta forma, eles se isolam e entram em conflito com todas as pessoas que não possuem algum laço de parentesco.

A descaracterização desta comunidade de pescadores teve início após a abertura da estrada (1978), que facilitou o acesso desta praia a Peruíbe. Esta área passou a ser bastante visitada por turistas e a sobrevivência desta população, que até então era garantida pela pesca, começa a sofrer modificações. No primeiro verão após a abertura da estrada, a vila foi bruscamente invadida pelo turismo. O interesse pela área não era unicamente de campistas, pois rapidamente pessoas começaram a adquirir as terras dos pescadores, que foram empregados como caseiros.

A atividade pesqueira, até a decretação da Estação, era feita como complementação dos recursos obtidos com o turismo; poucas famílias sobreviviam unicamente da pesca. Esta atividade encontrava-se prejudicada devido, principalmente, ao aumento de traineiras que começaram a atuar em mar aberto a partir de meados da década de 70, impedindo a entrada da tainha no estuário. Antes da abertura da estrada, um comerciante de Peruíbe montou um entreposto comercial onde era fornecido o gelo para os pescadores, e este mesmo comerciante comprava todo o pescado e transportava para Peruíbe. Após a abertura da estrada, os próprios pescadores começaram a comercializar seu produto e o local utilizado como entreposto passou a ser usado apenas para comercializar gelo e, posteriormente, também servindo como um frigorífico para os peixes. Atualmente, quase todo o produto pescado fica

na própria comunidade, e é comercializado com os turistas. Apenas duas famílias ainda mantêm o comércio com Peruíbe, por sobreviverem unicamente da pesca.

As atividades ligadas ao turismo (bares, camping, aluguel de casas para temporada, passeios de barco, etc) são as principais fontes de renda dos moradores da Barra do Una. Em época de temporada, a invasão do turismo é muito grande. Para as festividades de final de ano vieram aproximadamente quatro mil pessoas, em 1992. Este excesso de gente provoca alguns problemas, como falta de água e problemas de sobrecarga de efluentes sanitários - que é feito através de fossa sanitária ou a céu aberto.

A pesca ainda é praticada por todos como atividade secundária, pois o peixe é a base protéica de sua alimentação. Também são feitas pequenas roças nos quintais das casas ou em terrenos próximos, junto as vertentes dos morros que circundam a praia.

Das cinco (5) famílias que ainda viviam da pesca até a decretação da EEJI, apenas a família do Sr. Pedro e a de seu irmão ainda continuam nesta atividade. Recentemente, eles adquiriram uma pequena embarcação do tipo traineira para pescar também em mar aberto, pois ocorreu uma grande diminuição do volume pescado no estuário e ao longo do rio Una. Além das proibições e do policiamento vigente na Estação, eles se sentem bastante prejudicados.

Foram várias as vezes que estes pescadores tiveram seus materiais, barco e produto de pesca apreendidos pela Polícia Florestal, o que os levou a buscar outro tipo de pesca. Estes pescadores ainda esperam que haja um abrandamento da legislação que facilite suas atividades. Caso isso não aconteça, a única alternativa será deixar a área.

Segundo informação de um pescador, existem 78 pescadores na Estação que trabalham com a pesca de estuário e de mar aberto; 30 (trinta) destes pescadores são da região da Praia da Barra, Praia do Una e Praia da Juréia, porém para a maioria destes trabalhadores a pesca passou a ser uma atividade secundária, devido às dificuldades existentes. Antes da decretação da EEJI, em épocas desfavoráveis para a pesca, os pescadores coletavam palmito ou caxeta, para conseguir manter suas famílias. Atualmente, devido à regulamentação da pesca no interior da Estação e à impossibilidade de recorrer a outras atividades extrativas, os pescadores que não deixaram a área, sentem a sua sobrevivência ameaçada.

A maioria das festividades culturais da comunidade ainda é mantida, como a Festa da Tainha e a comemoração de 10 de Maio - quando é realizado um campeonato de futebol, que recebe inclusive clubes da segunda divisão de futebol do Estado de São Paulo. Esta festa vem sendo realizada desde 1910, e atualmente recebe apoio da Prefeitura de Peruíbe.

3) Situação fundiária:

A maioria das famílias da Barra do Una, por conhecerem melhor a vida na cidade, não querem deixar a área. Apesar de não terem recebido nenhuma notificação de desapropriação, ou mesmo o valor da indenização, os moradores não desejam deixar a área. Eles reconhecem que o provável valor conseguido com a indenização, não seria suficiente para comprar uma casa em Peruíbe. O salário que provavelmente eles receberiam na cidade certamente não os manteria, e na Barra do Una alguns moradores ainda mantêm uma pequena roça, além da pesca.

Os moradores afirmam que a presença de veranistas na comunidade não lhes traz nenhum benefício, pois estes não consomem nada da vila. Mesmo as pessoas que trabalham como caseiros sentem-se prejudicadas, pois não sendo assalariadas recebem apenas quando os donos das casas visitam a área, o que às vezes demora de quatro a seis meses para ocorrer.

Os caseiros (alguns são moradores tradicionais da área) venderam parte de suas terras para os veranistas, mantendo apenas uma pequena área para suas casas. Apesar de ainda pescarem, esta

atividade não garante sua sobrevivência e com a longa ausência dos proprietários, estas famílias encontram-se em situação bastante precária.

4) Problemas e propostas dos moradores frente à EEJI:

Segundo depoimento dos moradores, a área não sofreu grandes modificações ou interferências na época em que a Estação era administrada pela NUCLEBRAS, muitos deles viam como positiva a construção da Usina Atômica, pois geraria emprego, melhoraria a condição das estradas da área, traria luz para todas as comunidades, ou seja, "geraria progresso".

Após a decretação da Estação Ecológica pelo Estado, as medidas restritivas advindas começaram a interferir negativamente na vida destes moradores. A demarcação das áreas de pesca impedia o acesso dos pescadores à montante da balsa e a pequena área delimitada não era suficiente para uma pesca rentável para todos. Neste ponto, a proposta dos pescadores é que a delimitação atinja toda a área alcançada pela migração da tainha no estuário.

Os pescadores aceitam as outras restrições impostas, como por exemplo, a proibição da tapagem, a estaqueagem, a indicação dos tipos de rede para determinado tipo de pescado e a proibição de malhas finas, pois estas medidas não desfavorecem a pescaria.

A limitação da área de cultivo e o aumento do turismo desestimularam os moradores a plantar. Vários pescadores venderam parte de suas terras pensando começar outras lavouras nas encostas dos morros, porém com a proibição do corte de árvores para a ampliação dos roçados, muitas famílias perderam suas roças. Apenas quatro ou cinco famílias ainda mantêm suas lavouras de subsistência, mas a maioria traz seus mantimentos de Peruíbe.

Ainda assim, os moradores entrevistados preferem permanecer na área. Porém é necessário que sejam estabelecidos alguns acordos, como por exemplo, a manutenção do turismo - com regras e policiamentos adequados para que não haja degradação, nem poluição das praias, e medidas que regulem o comportamento dos turistas, para que não haja nenhum tipo de agressão aos moradores da comunidade; a alteração da época permitida para a pesca da tainha; ampliação das áreas para lavoura de subsistência; manutenção da estrada que leva a Peruíbe; emprego de pessoas da comunidade em atividades como guarda-parques, são algumas das propostas sugeridas pelos moradores.

As relações entre os moradores da vila e a administração da EEJI são bastante conflitantes. Em sua entrevista, um dos moradores declarou que existe certa rivalidade entre os moradores da Barra do Una e a direção da Estação Ecológica, além de um "apadrinhamento" de algumas pessoas, principalmente moradores ao sul da Praia do Una. Isso explicaria o fato de nenhum morador da Barra do Una ser empregado como guarda-parque.

O guarda-parque da área declara que recebeu várias ameaças feitas de moradores tradicionais, e mesmo por veranistas que freqüentam a comunidade. Sua posição é fragilizada não só pela atividade que executa, mas também por não ter nascido na Vila.

5) Associações de moradores da área:

A Associação dos Amigos da Barra do Una surgiu a partir das discussões sobre a desapropriação de terras em área da Estação. Nesta Associação, os moradores tradicionais uniram-se aos veranistas e, entre outras coisas, mantêm advogados que trabalham visando à permanência de todos e uma possível desvinculação desta área da Estação Ecológica.

Um morador declarou que só estão associados com os veranistas, porque estes possuem fácil acesso à cidade, aos órgãos governamentais e aos advogados. Porém, a saída destes da área não

prejudicaria em nada a vida dos moradores. Alguns caseiros esperam que com a possível desapropriação apenas dos veranistas, eles possam ficar com as casas. Entretanto, como em todas as áreas visitadas, a desinformação é a maior dificuldade encontrada pelos moradores, que se sentem desorientados e sem perspectivas de futuro.

Em meados do ano de 1991, a comunidade foi procurada pelo Presidente da Associação dos Moradores da Juréia, juntamente com um advogado que auxilia e dá apoio jurídico a esta Associação. Nesta ocasião, quando discutiram estratégias e propostas quanto à questão da desapropriação, os moradores decidiram por um apoio e mobilização conjuntos no tratamento desta questão. Apesar de não haver nenhuma periodicidade nestes encontros, há um compromisso de manter a "circulação de informações" e realizar atividades conjuntas.

e) Posicionamento geral das comunidades visitadas

Mesmo não tendo sido visitadas todas as comunidades pode-se perceber que existem várias posições divergentes entre elas e entre os moradores de cada comunidade. Divergências estas referentes não só a questão da permanência, mas também e principalmente quanto ao desenvolvimento das atividades econômicas na área.

Ao contrário do que foi afirmado por várias pessoas que desenvolvem trabalhos na área, as comunidades visitadas possuem um grande entendimento das vantagens e desvantagens possibilitadas pela Estação. Sendo assim, organizam-se em associações tentando viabilizar suas propostas que visam, principalmente, melhores condições de sobrevivência, visto que, como observado nas entrevistas, não é de interesse da maioria dos moradores deixar a área.

Os latifundiários, grileiros e veranistas que possuem títulos na Estação interferem e influenciam nos assuntos que dizem respeito principalmente à questão da desapropriação. Porém, são claramente visíveis as diferentes posições e interesses, tanto pelos moradores da área, quanto por qualquer pessoa que se preocupe em identificar os problemas de cada comunidade.

A desinformação que impera na Estação não diz respeito apenas à questão fundiária e/ou à questão da desapropriação, mas principalmente quanto à possibilidade de sobrevivência e da manutenção das atividades econômicas, ou mesmo novas propostas para que estes moradores saibam atuar no espaço que tradicionalmente viveram. As poucas informações que chegam aos moradores da Estação são mal veiculadas. Muitos moradores reclamam de não serem consultados sobre decisões que dizem respeito à sua sobrevivência.

Na EEJI, pelo que foi observado durante o trabalho de campo, o que tem motivado muitos moradores a deixar a área, além das restrições impostas, é a inexistência de propostas que propiciem aos moradores um retomo econômico para suas atividades.

Todos os moradores reconhecem que a área oferece muitos recursos para a subsistência - o que os motiva a não migrar. Porém, há necessidade de roupas, remédios e outros alimentos que não são produzidos e nem encontrados na área. Para isto, os moradores precisam desenvolver atividades econômicas que possibilitem a aquisição destes mantimentos que são igualmente importantes.

A única alternativa encontrada por estas pessoas é o assalariamento ou o abandono da área, à procura de outros espaços que possibilitem a continuidade de suas atividades. Estas mudanças, principalmente quanto ao tipo de atividade, acarretam em uma perda cultural e do conhecimento de técnicas específicas, tradicionalmente desenvolvidas na área.

O quadro seguinte faz um resumo comparativo das principais características de cada comunidade visitada:

QUADRO 5

ÁREA	N.º DE FAMÍLIAS	ATIVIDADES DESENVOLVIDAS	SITUAÇÃO FUNDIÁRIA	CONFLITOS COM A EEJI	PROPOSTAS E FORMA DE AÇÃO
Despraiado	69	- monocultura de banana e culturas de subsistência (arroz, milho, mandioca)	Posseiros: 38 famílias Proprietário: 01 família Caseiros/Empregados/Meeiros: 26 famílias Comodatário: 03 famílias Agregado: 01 família Vários moradores já foram ameaçados de desapropriação e despejo, a maioria deles têm termos de posse irregulares e escrituras falsas	- impedimentos em expandir as áreas de cultura de banana; - restrição em implementar animais domésticos que não sejam próprios da área - impossibilidade de manter e/ou ampliar as instalações - conflitos com guarda-parque e guardas-florestais.	- manutenção e perenização da estrada vicinal que atravessa a área ligando Iguape a Pedro de Toledo - auxílio técnico para melhoria de culturas - possibilidades de se praticar a caça, desenvolver algum tipo de pecuária.
Cachoeira do Guilherme	09	- culturas de subsistência (arroz, mandioca, cana-de-açúcar, milho, banana, laranja, etc.) - a maior parte dos chefes de família são assalariados	Posseiros: 08 famílias Nenhum morador possui escritura ou título de posse	- apesar de sentirem que suas posses estão asseguradas, os maiores entraves são as restrições quanto a pesca e extrativismo de caxeta e palmito que garantia um ganho econômico para as famílias.	Para que os moradores tenham auxílio econômico, eles propõem que seja estabelecido cotas para a extração de palmito e caxeta.
Barra do Una	42	- atividades ligadas ao turismo (bares, camping, passeios de barco, aluguel de casas para temporada) - pesca, agricultura de subsistência.	Posseiros: 17 famílias Proprietários: 11 famílias Caseiros: 14 famílias Todos os proprietários têm escrituras de suas terras, alguns posseiros entrevistados afirmam possuir títulos.	- há sérios conflitos de moradores com a administração da EEJI com o guarda-parque e guardas-florestais. - a maior preocupação dos moradores é com a manutenção do turismo na área.	- quanto a questão da desapropriação os moradores estão organizados juntamente com veranistas numa Associação dos Amigos da Barra do Una, onde a principal proposta é desanexar a área da EEJI.

V - ASSOCIAÇÕES ENVOLVIDAS COM A ESTAÇÃO ECOLÓGICA DE JURÉIA-ITATINS

a) Organizações não governamentais

As principais associações envolvidas atualmente com a proposta de conservação da região da Juréia, surgiram, principalmente, após a intenção de construção das usinas nucleares pela NUCLEBRAS.

A Associação de Defesa da Juréia - Pró-Juréia - foi fundada em dezembro de 1986, aglutinando cientistas, pesquisadores e ambientalistas que se preocupavam com o destino deste remanescente de Mata Atlântica, bem como de seus ecossistemas associados. Estes se encontram inescrupulosamente depredados, praticamente em todo o Estado de São Paulo, comprometendo suas características originais.

Estas pessoas, juntamente com políticos e a população em geral, iniciaram um grande movimento pró-preservação da região. O momento de formação e organização da Associação em Defesa da Juréia se deu concomitantemente com a criação da Estação Ecológica Juréia-Itatins. Esta Associação apóia algumas propostas da SMA, desenvolvendo paralelamente projetos que auxiliem juridicamente, tecnicamente e cientificamente a administração e o manejo da EEJI. A transformação daquela área em Estação Ecológica, segundo o entendimento da Pró-Juréia, "servia e serve apropriadamente à necessidade de preservação e conservação da flora e fauna local, sendo também um instrumento legal adequado para deter o crescente avanço turístico sobre a área" (Pró-Juréia/ENGEA,1991).

Quanto à questão das comunidades presentes, a PRÓ-JURÉIA desenvolveu um trabalho, cujo objetivo era propor alternativas para solucionar o "problema" da permanência da população na área. Este documento (Pró-Juréia/ENGEA,1991), indica que é necessário compatibilizar as atividades das comunidades tradicionais locais com os objetivos de conservação da Estação Ecológica; entretanto isso se apresenta de modo ambíguo.

Segundo relatório Pró-Juréia/ENGEA (*op.cit.*), "a consolidação de um espaço devidamente conservado, não implica básica e unicamente na proposição da retirada dos ocupantes, promovendo assim, o reassentamento para o entorno ou outras áreas". Deve-se promover maneiras para que as populações tradicionais sejam mantidas na área de forma que sua sobrevivência seja garantida, e que a utilização dos recursos naturais da área seja feita de maneira "consciente", não comprometendo o meio ambiente natural.

No citado relatório é apresentada "a necessidade de reconhecer e regularizar a posse e a permanência nestas áreas das populações locais, permitindo-se a utilização do solo e dos recursos naturais em geral, de forma ecologicamente equilibrada, por interesse histórico, cultural, científico, público, econômico e por justiça social. Impõe-se com urgência, e esta necessidade é parte integrante dos interesses de conservação e utilidade pública".

Todavia não fica devidamente esclarecido o que a Pró-Juréia entende população tradicional⁵. Segundo relatório da Equipe do Litoral Sul- SMA (1991), das 336 famílias moradoras da área, apenas 117 possuem comprovadamente laços sociais-históricos com a região, vivendo de atividades agrícolas e/ou pesqueiras, compatíveis com o manejo e preservação dos ecossistemas nos quais estão inseridos.

⁵ Este conceito já foi apresentado na Introdução deste trabalho.

Desta forma, ainda não está esclarecido qual o tratamento proposto pela Pró-Juréia para as 249 famílias restantes e, especificamente, quais são as propostas de manejo e uso dos recursos e ainda, quais os benefícios sociais (estruturais e infra-estruturais) que devem atingir estes moradores.

Dentre as alternativas propostas pela Pró-Juréia na tentativa de contribuir na relação da população com a EEJI, são indicados três cenários, sendo que dois destes consideram a manutenção da categoria de unidade de conservação estabelecida e um terceiro sugere a transformação em um outro tipo de unidade de conservação.

A primeira alternativa propõe "a retirada da população residente na área e a possibilidade de preservação integral da biota(...) Esta retirada pode ser feita através da desapropriação das áreas ocupadas; da permuta de glebas fora da Estação; ou mediante reassentamento da população residente, caso esta possua características de pequeno produtor rural e pescador".

Porém, este relatório reconhece que "as ações de desapropriação movidas pelo Estado caracterizam-se por serem eficientes de um ponto de vista estritamente legal, mas provocam sérios atritos e problemas sociais, particularmente para aquela faixa de população que é residente e não proprietária (...)" Pró-Juréia/ENGEA (*op.cit.*). A política mais correta seria a de reassentamento que garantiria, através de um lote de terra, as condições mínimas para a unidade familiar. Para isto, o Estado teria de obter cerca de 5.000 ha de terras agricultáveis o que dificilmente seria logrado, obrigando a realização do assentamento em regiões limítrofes do Vale do Ribeira. Tal medida acarretaria "menores problemas de adaptação sócio-cultural e ainda poderia cumprir uma função de área tampão, ao facilitar e fortalecer a fiscalização nos limites e acessos a EEJI". Pró-Juréia/ENGEA (*op.cit.*).

A segunda proposta apresentada visa "manter a população na área conforme a possibilidade de incorporá-la, através de algum vínculo com o Estado, em programas setoriais de pesquisa em manejo de recursos naturais e de fiscalização da área (...) Contudo, surgem algumas dificuldades que poderiam comprometer a categoria de manejo prevista, tais como: a falta de experiências concretas para estimar precisamente a capacidade de suporte do meio em relação à quantidade de moradores por área, a seleção da população que não concordará e/ou não se adaptará às condições propostas para o novo modus vivendi". Pró-Juréia/ENGEA (*op.cit.*).

Ainda uma terceira proposta considera a possibilidade de alterar a categoria de manejo e manter toda a população da área. Nesta proposta, "as expectativas das populações em relação a sua autonomia e melhoria da qualidade de vida poderiam ser mais facilmente contempladas, tendo em vista que a mudança de status legal permitiria a regularização da ocupação e a exploração direta dos recursos naturais na própria área atual da Estação" Pró-Juréia/ENGEA (*op.cit.*).

Uma das desvantagens que ela apresenta, consiste em um tipo de unidade de conservação que permita a presença de população, podendo atrair maior contingente populacional para a área, com possibilidades de entrada de agentes externos pressionando e explorando os recursos naturais de maneira ilegal e acelerando o processo de perda da memória grupal. O zoneamento seria mais complexo do que nos outros casos e a medida teria de contemplar situações ditadas por diferentes categorias de manejo, as quais são de difícil articulação, além de ensejar vários problemas jurídicos.

Em suma, aquela associação defende que, tendo em vista as três propostas apresentadas, qualquer zoneamento que se proponha para a área geográfica da EEJI, deve-se considerar a região em que a unidade de conservação está situada; os conflitos pela sobrevivência e posse da terra; e o patrimônio físico-biótico que se deve proteger e conservar.

Por outro lado, a maioria dos moradores entrevistados não percebe uma efetiva atuação da Pró-Juréia na área, a não ser através de indicações para limpeza e uso adequado das praias e cachoeiras, colocação de lixeiras, etc.. O Despraiado, por exemplo, possui uma unidade e um empregado da Pró-Juréia. Contudo, seus moradores relataram que a primeira interferência desta Associação foi terrivelmente prejudicial para sua principal atividade econômica, pois constituiu no embargo da estrada vicinal que atravessa o bairro, ligando Pedro de Toledo à Iguape. Esta atitude tomada pelo então

presidente da Pró-Juréia em 1986, resultou no abandono da estrada que hoje encontra-se em péssimas condições de trânsito, dificultando o escoamento da produção.

A diretoria daquela associação enviou aos seus associados uma série de comunicados, onde estão colocados alguns de seus posicionamentos a respeito da presença de populações na EEJI. O argumento básico contido naqueles comunicados refere-se à preocupação com o aumento populacional que vem ocorrendo na área, e que compromete a preservação "dos raros conjuntos de ecossistemas presentes na Juréia".

Nestes comunicados, a Pró-Juréia considera a população local - moradores (tradicionais, emigrantes) - e veranistas, enquanto uma ameaça que pode se ampliar com a possibilidade eventual de parentes destes, também pleitearem a permanência na área da Estação. Considerando que as populações presentes na área encontram-se com sua sobrevivência comprometida, a Pró-Juréia argumenta que "não se pode tentar consertar uma crise social criando-se uma outra crise: a ecológica". Neste sentido, ela propõe que a única solução para os "problemas" advindos com a permanência da população é sua desapropriação e reassentamento, seguindo, desta forma, o decreto federal que rege uma Estação Ecológica.

A Pró-Juréia não apóia a idéia da implantação de uma Reserva Extrativista na área, pois considera que "qualquer desmembramento que venha diminuir a área, transformaria a Estação em algo semelhante a um queijo suíço".

Para que sejam solucionados os problemas sociais que ocorrem na EEJI, a Pró-Juréia propõe que estas populações sejam reassentadas em áreas próximas a serviços essenciais (por ela definido como: escola, postos de saúde e transporte) e enquanto isto não ocorre, a Associação propõe a criação de um FUNDO CAIÇARA, para "o auxílio no atendimento de carências básicas da população, cujos recursos serão obtidos junto às instituições nacionais e internacionais". Este fundo seria administrado por representantes dos moradores e pela Pró-Juréia.

Estes comunicados vinculados pela Pró-Juréia - de onde foram retiradas as citações -, demonstram uma grande desinformação da situação atual da população, de sua dinâmica e de sua relação com os recursos naturais.

Parece claro que em detrimento da importância da permanência de algumas populações, não só para a conservação da área, mas também em consideração a sobrevivência dessas, a Pró-Juréia propõe que seja cumprida a lei e que toda população seja afastada da Estação. Esta posição se opõe até mesmo as propostas levantadas no documento anteriormente citado, e indica uma involução desta instituição no que se refere à sua postura frente aos problemas sociais da EEJI. Percebe-se, pelas atitudes desta Associação, a preocupação básica em regular e restringir as atividades humanas, de tal forma que haja única e principalmente a garantia da conservação do meio natural.

Outra associação ambientalista atuante na área é a FUNDAÇÃO SOS MATA ATLÂNTICA, fundada basicamente sob os mesmos preceitos da Pró-Juréia. Esta associação possui também um corpo técnico de pesquisadores que trabalha essencialmente com a área do domínio da Mata Atlântica.

Sendo a região da Juréia um importante remanescente deste domínio, a SOS MATA ATLÂNTICA desenvolveu alguns estudos na área, versando principalmente sobre questões de fauna e flora.

Numa tentativa de vincular os trabalhos da sociedade civil à ação do Estado, está sendo proposto um projeto de otimização das áreas de plantio na EEJI que está sendo discutido pela SMA, através dos coordenadores do Projeto de Implantação da Estação Ecológica Juréia-Itatins, pelos técnicos da Equipe do litoral Sul, Instituto Florestal, DPRN e Polícia Florestal. Esta proposta deverá ser elaborada e executada, através de um termo de compromisso entre a SMA e a SOS Mata Atlântica.

Especificamente quanto à questão da permanência das populações na EEJI, a Fundação SOS Mata Atlântica sempre manteve uma postura similar e de apoio à Pró-Juréia, defendendo o

cumprimento da lei no que diz respeito às restrições impostas às atividades humanas da área, principalmente as atividades desenvolvidas pelas populações residentes na Estação.

A SOS Mata Atlântica, através de seus diversos representantes, tem manifestado grande preocupação com a questão da presença de populações em Unidades de Conservação. Admite inclusive, que a legislação de certos tipos de unidades deve ser redefinida, para sua melhor adequação à realidade brasileira. Porém, propostas concretas relacionadas com a problemática atual de algumas Unidades de Conservação que contemplam população no seu interior, ainda não estão claramente delineadas, e as propostas da Fundação SOS ainda não passaram do plano teórico, assim como sua posição quanto aos problemas das populações que moram na EEJI.

b) Associações de Moradores

São duas associações que agem basicamente com a questão dos moradores, a *Associação dos Moradores da Juréia*, e a *União das Associações de Iguape* (UAI).

A primeira congrega todas as associações de moradores da EEJI, todos os moradores têm direito e acesso a esta Associação. Esta Associação tenta mobilizar todos os moradores para problemas comuns. São apresentadas algumas propostas para a Estação como manejo do palmito e da caxeta de forma regularizada, seguindo parecer de pesquisadores e professores da ESALQ-USP.

Esta mesma Associação apresentou um projeto para instalação de uma serraria comunitária para beneficiamento de caxeta que se localizará no bairro do Rocio, em Iguape. Este projeto, "também objetiva promover a preservação e a manutenção dos ecossistemas onde ocorrem caxetais e o manejo sustentado da espécie" (*Associação de Moradores da Juréia*, 1991).

Este projeto pretende atingir e beneficiar as populações rurais de Iguape (incluindo alguns bairros da EEJI), e principalmente a população do bairro do Rocio - separado de Iguape pelo Vale Grande -, a qual se encontra inviabilizada de manter suas atividades na zona rural. Como também, buscam novas opções de trabalho na periferia de Iguape.

O bairro do Rocio abriga grande parte desta população e segundo o projeto apresentado pela Associação, "80% de suas casas estão sem saneamento; apresenta alto índice de criminalidade e a maior mortalidade infantil do Vale do Ribeira. Através da Associação, um grupo de trabalhadores das extintas serrarias de Iguape, mão-de-obra altamente especializada no desdobro da caxeta - hoje sem emprego -, sugeriu a criação de uma Serraria Comunitária". (*Associação de Moradores da Juréia* - Projeto Serraria Comunitária de Caxeta, *op. cit.*).

Este projeto pretende buscar "a integração com os extrativistas de caxeta de outras regiões; criação de uma escola de artesanato com os resíduos de caxeta e uma produção de adubo a partir da serragem" (*Associação de Moradores da Juréia*, *op. cit.*).

A Associação ainda propõe a transformação de parte da Estação Ecológica em Reserva Extrativista, o que possibilitaria aos moradores que têm como principal atividade econômica o extrativismo, o uso racional dos recursos da área.

Benefícios sociais como: melhoria e implantação de escolas, postos de saúde, comunicação, transporte etc, também são propostos e discutidos pela Associação junto aos órgãos municipais e estaduais envolvidos com a ENI.

A UAI (*União das Associações de Iguape*) vem auxiliando os moradores da Juréia, principalmente na questão da desapropriação, tentando manter as comunidades informadas e indicando advogados que possam dar apoio jurídico nesta questão.

VI - ATIVIDADES DA SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE (SMA)

Apesar dos esforços que alguns pesquisadores e técnicos da Secretaria do Meio Ambiente do Estado de São Paulo vêm desempenhando para atenuar os conflitos entre as populações em unidades de conservação, não se verificou, até o momento, nenhuma medida efetiva - refletida através de lei -, que conjugue a permanência de populações em unidades de conservação de uso indireto. Nem tampouco, este órgão definiu um posicionamento específico quanto a esta questão.

No caso da Estação Ecológica Juréia-Itatins, a Secretaria do Meio Ambiente designou uma equipe de técnicos que pesquisam e avaliam projetos desenvolvidos na área e propõem outros. Esta equipe é responsável pela elaboração do plano de manejo para a Estação, pela definição das necessidades quanto a fiscalização, assessoramento ao turismo, legalização fundiária. É responsável também, pela manutenção e a criação de estabelecimentos de pesquisas, alojamentos para funcionários e pesquisadores. Juntamente com a administração, esta equipe é responsável pela organização, fiscalização e funcionamento da EEJI.

a) Quanto à questão fundiária

A SMA classifica em dois tipos a ocupação da EEJI: moradores tradicionais e não tradicionais que são separados em categorias jurídicas quanto às diversas formas de ocupação das famílias. Estas são definidas como:

POSSEIROS: Os indivíduos que têm posse na área, embora não tenham título de propriedade. Dentro desta categoria estão os que "abriram a posse", ou seja, os que lá chegaram e desbravaram uma área para moradia e plantio, vivendo do trabalho na terra, assim como, aqueles que adquiriram uma área através de compra e venda de direitos possessórios;

PROPRIETÁRIOS: Indivíduos que têm título de propriedade da terra. Lembramos, entretanto, que estes títulos não foram por nós examinados, o que não nos dá condições de distingui-los entre títulos legítimos e ilegítimos. Levantamentos neste sentido para aferição da legitimidade dos títulos estão sendo feitos através dos processos desapropriatórios.

EMPREGADOS/CASEIROS: Indivíduos que estão na área trabalhando e/ou "tomando conta" para outro posseiro, ou proprietário. Nestes casos, é comum a ausência de um salário mínimo e registro em carteira como trabalhador rural;

MEEIROS: Indivíduos que trabalham na área como produtores (e não empregados), embora não sejam donos da mesma. A produção que tiram da área é dividida com o proprietário ou posseiro da mesma;

COMODATÁRIOS: Casos que não se encaixam nas quatro categorias anteriores. São indivíduos que ocupam certas áreas há muitos anos, não possuem nenhum vínculo empregatício (salário e/ou carteira assinada), cultivam e comercializam toda a produção e, embora não se reconheçam como empregados, não reconhecem direitos sobre a terra (a terra é de outro).

FONTE: SMA-Equipe Litoral Sul, 1989

A Secretaria do Meio Ambiente - SMA se exime, por vezes, de algumas das funções como, por exemplo, a manutenção de estradas, construção e manutenção de escolas, postos de saúde, transporte etc. Também tem sido ineficiente a intervenção deste órgão para que alguns benefícios sociais sejam instalados, como por exemplo, rede de esgoto, luz e comunicação - que são necessários não só como

um benefício social, mas também visando uma boa conservação da área. Técnicos da Equipe do Litoral Sul declararam que, neste sentido, a SMA está negociando com vereadores e prefeitos das cidades de Iguape e Pedro de Toledo a manutenção da estrada do Despraiado, além de um projeto de eletrificação para as comunidades, através de um convênio com a CESP (Companhia de Energia do Estado de São Paulo), entre outros projetos.

Segundo o coordenador da equipe do Litoral Sul além da falta de recursos financeiros que não permite que a Estação seja equipada com pessoal e material especializado; o problema da regularização fundiária é um dos maiores entraves para o estabelecimento de alguns projetos sociais, de educação e pesquisa na Estação (quanto aos principais problemas administrativos da EEJI, ver FIGURA 4). Dos 80.000 ha de área da EEJI, 47.000 ha são de propriedade do Estado, o restante se apresenta num emaranhado de escrituras - em sua maioria falsas - grilagem, termos ilegais de posse etc. Foram expedidos 650 processos de desapropriação, sendo que a EEJI é ocupada por 365 famílias.

A notificação da desapropriação por algumas famílias e o desconhecimento deste processo, assim como do valor da indenização, está levando os moradores da Estação a se organizarem e/ou fortalecerem suas Associações. Segundo a ótica dos dirigentes da Estação, esses moradores estão sendo "manipulados" pelos grandes proprietários e grileiros da área que pretendem assim, garantir suas posses. Em detrimento desta postura assumida pela Secretaria - que por muitas vezes se mantém afastada de algumas comunidades -, muitos moradores tradicionais estão sofrendo pela desinformação, a ameaça da desapropriação.

Quanto à questão fundiária, estão sendo realizados estudos por advogados, ambientalistas, técnicos da Secretaria, responsáveis pelas Unidades de Conservação; no intuito de equacionar os casos de assentamentos tradicionais frente a legislação vigente.

Para o equacionamento da questão fundiária é analisado o seguinte quadro: Segundo o Cadastro de Ocupantes da Estação Ecológica Juréia-Itatins, realizado em 1991, vivem na Estação Ecológica da Juréia 336 famílias, das quais 117 mantêm comprovadamente laços sociais históricos com a região, vivendo de atividades agrícolas e/ou pesqueiras compatíveis com o manejo e preservação dos ecossistemas nos quais estão inseridas. Outras 150 famílias de pequenos agricultores, oriundas de outras partes do Estado ou de outras regiões do país, embora não tendo conhecimento tão específico do meio, desenvolvem atividades agrícolas, geralmente com predominância de uma monocultura. Segundo o relatório da Equipe do Litoral Sul-SMA (1991), esta ocupação "pode ser compatível com os objetivos conservacionistas da Estação, desde que sigam orientação teórica adequada".

Os demais moradores (99 famílias) estão na área predominantemente na condição de "prestadores de serviços", com um tempo de ocupação muito reduzido (chegaram à área, após a decretação da Estação em 1986).

Estas ocupações são heterogêneas, com direitos diferenciados. Sendo assim, a SMA considera que as famílias tradicionais e adventícias, que totalizam 267, devem permanecer na área por terem direito adquirido e desenvolverem atividades compatíveis com o meio. As demais famílias consistem numa população flutuante, sem nenhum vínculo com a região, não devendo ser contempladas na reordenação das áreas.

As famílias tradicionais e as adventícias ocupam uma área de 2500 ha (aproximadamente 3% da área total da Estação), com este número a regularização fundiária se mantém dentro dos limites legais exigidos pela legislação de Estações Ecológicas, que define que até 10% da área pode ter influência antrópica.

A SMA acredita que para ser realmente atingida a meta de compatibilização Homem-Uso-Conservação, faz-se necessária uma ação mais global e integrada de órgãos governamental tanto federal, estadual quanto municipal. A realização das obras sociais melhoraria as condições de vida da população local e conseqüentemente as suas relações com o Governo.

Certamente a questão populacional é um dos maiores desafios para a SMA, que é responsável pela implantação da Estação Ecológica Juréia-Itatins. Este órgão acredita que esta compatibilização é viável e desejável, pois "durante muito tempo as populações usaram adequadamente os diversos ecossistemas, e uma vez assistidos tecnicamente, podem vir a ser os maiores defensores e preservadores da Estação" (SMA, 1989).

b) Projetos propostos pela Secretaria do Meio Ambiente:

Dentro dos projetos propostos pela Secretaria do Meio Ambiente através desta equipe, os considerados mais importantes e relacionados com a presença de populações são: Projeto Agroecológico e o Projeto de Custeio para as Culturas de Subsistência dos Membros das Associações de Moradores da EEJL.

O primeiro projeto proposto pretende:

- "conhecer o quadro natural de sustentação antrópica, suas qualidades, limitações e definir um módulo mínimo de produção";
- "determinar a capacidade de sustentação agrícola ecologicamente sustentada e economicamente viável";
- "promover a difusão de tecnologia adaptada à nova realidade respeitando e preservando a cultura local";
- "conciliar educação ambiental e educação rural, produzindo material específico";
- "elaborar um banco de dados técnicos sobre as atividades ecológicas economicamente viáveis, bem como obter recursos junto aos órgãos financiadores";
- "proporcionar às comunidades acesso e escoamento de produção durante todo ano, bem como evitar efeitos maléficos da má conservação ao ambiente;"
- "proporcionar às comunidades novas alternativas de comercialização dos produtos de maneira interativa com o consumidor, evitando a exploração do intermediário, bem como o fortalecimento da organização comunitária." (SMA-IF- Equipe Litoral Sul, 1990).

Através deste projeto, outras conquistas já estão sendo alcançadas como: a permissão do corte de capoeira baixa e alta para cultura de subsistência; o plantio de palmito em áreas já manejadas e está sendo analisada a proposta da permissão do corte de palmito, desde que seguindo normas estabelecidas pelo Estado.

Apesar destas propostas, algumas lacunas ainda não foram preenchidas. Uma delas é o problema da caça para subsistência. Sabe-se que as comunidades mais isoladas estão impossibilitadas de conseguir carne, senão por via da caça e da pesca. A caça é crime inafiançável em todo o Brasil, e a pesca é proibida em alguns trechos de rios da Estação. A criação extensiva também é proibida, sendo assim algumas comunidades mais isoladas, como a da Cachoeira do Guilherme e do Aguapeú ficam sem a base protéica de sua alimentação, caso não infringam a lei, além de perderem traços culturais de atividades que tradicionalmente praticavam.

Este problema ainda encontra-se sem resolução, e os moradores da EEJL continuam vivendo sobre a ameaça de serem presos por tentarem alimentar suas famílias.

O segundo projeto, "Custeio para as Culturas de Subsistência dos Membros das Associações de Moradores da Estação Ecológica de Juréia-Itatins", partiu da preocupação com a inadequação das tradicionais atividades agrícolas praticadas pelas populações e os objetivos de conservação da Estação Ecológica.

“Desta forma, este projeto apresenta uma série de atividades que pretendem dar assistência técnica "às culturas de subsistência", à montagem de uma unidade de demonstração com tecnologia adaptada e novas alternativas econômicas", que poderão servir no futuro como uma nova alternativa de manejo agrícola para todo o Vale do Ribeira. Este projeto salienta a necessidade de adequar o processo de produção de subsistência "às restrições impostas, de uma maneira integrada ao ambiente, que respeite os hábitos dos moradores e que fixe as áreas de produção parando a itinerância". Ainda são objetivos deste projeto, "melhorar a produtividade e a qualidade dos produtos; introduzir práticas conservacionistas; difundir técnicas que não criem dependência com insumos; estimular a participação dos produtos nas organizações comunitárias" (SMA-IF- Equipe litoral Sul, *op. cit.*) .A viabilização deste projeto está ligada a aprovação do primeiro projeto apresentado, pois os dois são complementares.

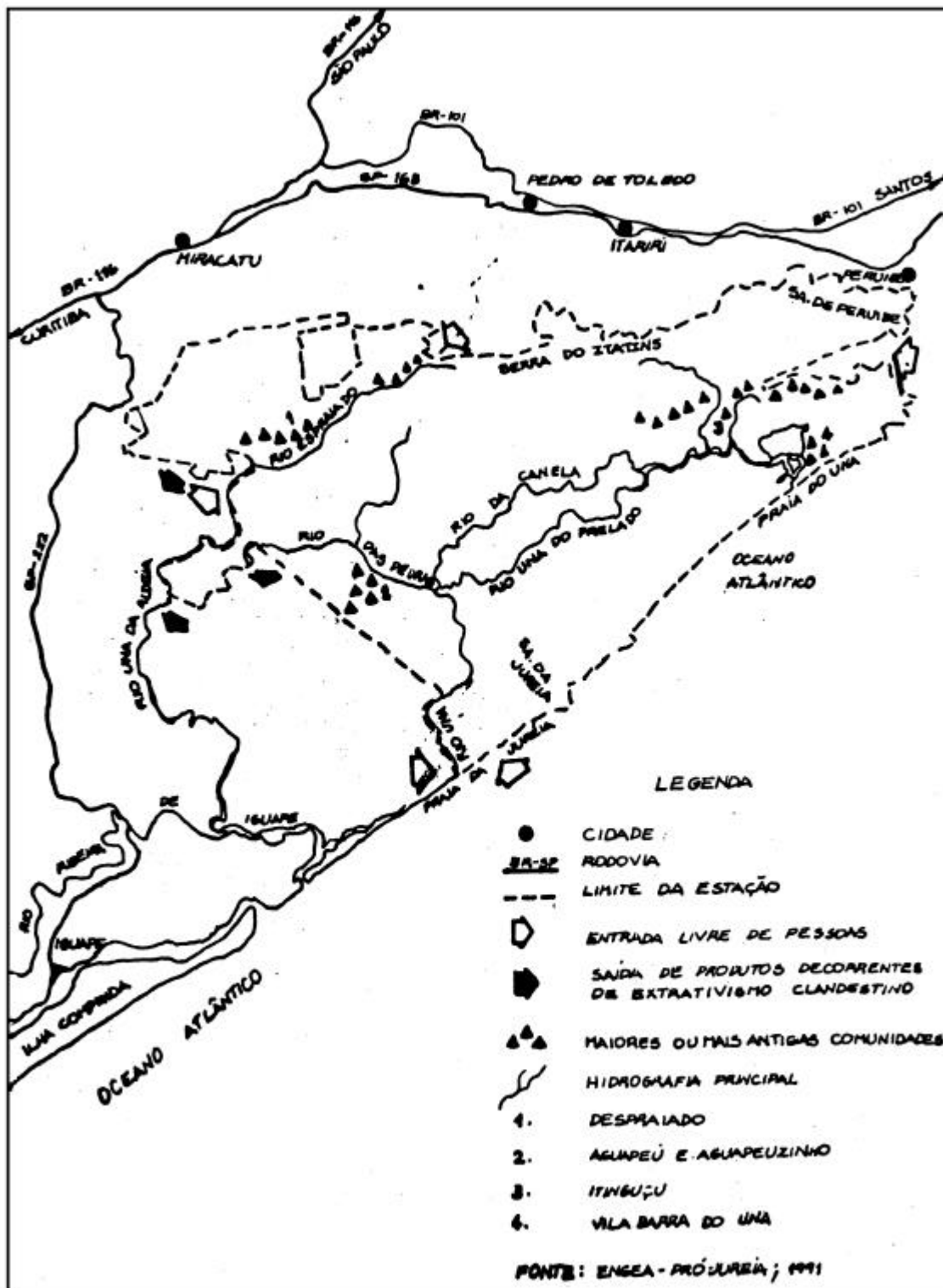
A proposta desta equipe para a manutenção das populações na área partiu das seguintes considerações: compatibilização das atividades humanas com os objetivos de preservação da Estação há na área uma população já associada estrutural e economicamente, onde os indicadores desta ocupação e uso já são fatos consumados.

Neste contexto foram sugeridas algumas diretrizes de trabalho, como por exemplo: "necessidade premente de um plano de zoneamento da área que será feito a partir da ocupação já existente, otimizando as áreas de uso antrópico. Estas medidas garantiriam a melhoria das condições produtivas das áreas já instaladas, visando o aumento da produtividade com a aplicação de técnicas adequadas de manejo e proteção do solo; respeito aos cursos d'água e declividades, dimensionando adequadamente as áreas de cultivo; técnicas de integração entre espécies agrícolas e nativas, visando a diversificação da produção, o manejo de pragas e o aumento da fertilidade do solo. Este plano deve respeitar a realidade cultural de cada comunidade" (SMA-IF- Equipe Litoral Sul, 1989).

Juntamente com a otimização das atividades econômicas, pretende-se realizar melhorias das infra-estruturas operacionais, para que os produtos e as rendas obtidas possam atingir as fontes compradoras e consumidoras, conduzindo assim, a um aumento da qualidade de vida dos moradores.

Desta forma, são propostas melhorias das condições de tráfego nas estradas; implantação de um sistema de comunicação; tratamento de água, etc. Estas propostas estão sendo discutidas e acompanhadas pelos coordenadores do Projeto de Implantação da Estação Ecológica Juréia-Itatins, pelos técnicos da Equipe do Litoral Sul, Instituto Florestal, DPRN e Polícia Florestal.

FIGURA 4 – Croquis de localização dos pontos “vulneráveis” da EEJ



VII. CONCLUSÃO

Em sete anos de existência, desde sua criação em 20 de janeiro de 1986, o quadro das questões referentes à manutenção das populações humanas na área não evoluiu muito.

Deve-se destacar a importante iniciativa da SEMA (Federal) e da SMA (Estadual) em transformar a área em unidade de conservação, pois esta atitude contribuiu não só para a preservação dos ecossistemas, como também para que a área não fosse atingida pela crescente procura dos agentes imobiliários que certamente afastariam a população do local.

Porém, nestes sete anos de implantação da Estação Ecológica, apenas medidas paliativas foram tomadas para que o quadro sócio-cultural fosse ao menos mantido. Estas medidas foram de pouca eficiência, pois é grande a evasão dos moradores de alguns bairros da Estação (como por exemplo, no bairro do Despraiado, entre 1986 e 1990, 46% do número total de famílias deixaram a área). Dissociados de sua realidade cultural e econômica, essas famílias se amontoam nas periferias das cidades próximas, somando-se à multidão de marginalizados que na maioria das vezes passaram pelo mesmo processo de expulsão de suas terras.

Tentou-se neste trabalho, apresentar um quadro dos principais atores sociais envolvidos na Estação Ecológica, demonstrando qual a configuração atual da área. As propostas destes atores sociais indicam uma possibilidade de participação destes, como agentes de modificação e transformação da Estação. As principais dessas são destacadas a seguir:

Moradores: propõem a implementação de auxílio técnico para desenvolvimento das atividades econômicas; regularização das atividades extrativas, principalmente da caxeta e palmito; infra-estrutura básica, melhoria das vias de transporte; construção de escolas e postos de saúde.

Pró-Juréia: propõe a transferência da população para uma área de entorno, esta área poderá ser zona tampão o que, segundo a associação, poderá garantir a conservação da Estação.

Associação de Moradores da Juréia: propõe benefícios sociais para a área; definição da área de ocupação dos moradores; transformação da área ocupada por população, em reservas extrativistas com manejo sustentado dos recursos.

Secretaria do Meio Ambiente: propõe um plano de manejo otimizando o uso antrópico e respeitando a realidade cultural de cada área; definição de um modelo mínimo de produção, através do conhecimento do quadro natural, suas qualidades e limitações.

Diante do que foi apresentado, parece claro que a regularização fundiária ainda está distante de ser efetivada em toda a área da Estação, pois dos seus 80.000 ha de área apenas 47.000 ha estão sob posse do Estado.

Já foram definidas as prioridades para manutenção das famílias na área, porém ainda não se definiu quais famílias serão reenquadradas, como também qual será o termo de compromisso que estes moradores manterão com o Estado.

Estas indefinições, associadas com a desinformação que impera na EEJI, geram uma série de suposições e especulações que são os principais focos de desentendimentos e conflitos entre todos os agentes envolvidos com esta Unidade de Conservação.

Em decorrência desta situação, onde não se sabe quem são os responsáveis e quais as responsabilidades, os moradores, principalmente aqueles locados em áreas mais isoladas, sentem-se abandonados, não sabendo a quem recorrer para que sejam atendidas suas reivindicações e necessidades básicas (saúde, educação, transporte e comunicação). Ainda como agravante, esta população, sem conhecer as reais perspectivas de futuro na área, começa a desenvolver atividades que

lhe traga maior rentabilidade a curto prazo. Desta forma, aumenta-se a ocorrência de extrativismo e caça ilegal.

A inexistência de propostas governamentais efetivas para a manutenção e sobrevivência da população na área, parece ser uma estratégia para que, paulatinamente, haja uma evasão dos moradores. Assim, ficariam atenuados os problemas inerentes à presença de população humana na unidade de conservação em estudo.

Esta "estratégia" não é exclusiva da EEJI⁶, mas é uma constante em todas as unidades de conservação que não efetivam soluções viáveis para a permanência da população.

Em um ideal de conservação tanto para a EEJI, quanto para qualquer unidade que contenha população residente, deve-se levar em conta que esta é sujeito e não objeto de decisões unilaterais sobre condições ambientais da região.

Não há possibilidades de preservação dos ecos sistemas, sem uma real melhoria da qualidade de vida dessa população.

Parece claro que, concomitantemente com a definição fundiária da área, deve-se promover as melhorias sociais solicitadas por estes moradores, pois delas depende sua sobrevivência.

Ao mesmo tempo as entidades envolvidas com a área, sejam elas de cunho social, ambientalista ou governamental, que realmente estão comprometidas com a proposta de manutenção destas populações na área, com vistas a uma melhor compatibilização do trinômio – HOMEM/RECURSOS NATURAIS/UNIDADE DE CONSERVAÇÃO - devem buscar propostas realistas.

Sendo a questão da manutenção de populações em unidade de conservação, um problema que aflige praticamente todas as áreas protegidas do país, propostas que busquem a solução destes conflitos servirão como modelos não só para as unidades de conservação brasileiras, mas também unidades internacionais que enfrentam problemas semelhantes.

É importante observar que a manutenção destas populações nestes ambientes, onde elas vêm tradicionalmente desenvolvendo atividades econômicas e culturais de grande interdependência com o meio natural, contribui para uma diversidade cultural. A manutenção desta diversidade por sua vez, pode desencadear novas propostas que busquem maior harmonia nas relações entre homem-natureza.

⁶ A Equipe do Litoral Sul (DRPE-SMA) assume uma preocupação e responsabilidades perante as populações da EEJI, porém ainda insuficientes quanto as reais e distintas necessidades de todos os moradores. Deve-se destacar, porém, que poucas Unidades de Conservação estão num processo de apresentação de propostas para a resolução de conflitos com os moradores tão adiantado quanto na EEJI.

VIII – BIBLIOGRAFIA

- ASSOCIAÇÃO DE MORADORES DA JURÉIA - *Projeto de Serraria Comunitária de Caxeta*. Iguape, 1991.
- CAPOBIANCO, João Paulo - *Contribuição para a Implantação de um Programa de Educação Ambiental na Estação Ecológica Juréia-Itatins*. Brasília, Universidade de Brasília - Secretaria Especial de Meio Ambiente, 1987, 90p.
- CUNHA, Lúcia Helena de O. et al. - *Reserva Extrativista para Regiões de Mangue: Uma Proposta Preliminar para o Estuário de Mamanguape -Paralba*. São Paulo, NUPAUB, 1992, 84p.
- CUNHA, Lúcia Helena de O. et al. - *Comunidades litorâneas e Unidades de Proteção Ambiental: Convivência e Conflitos; O Caso de Guaraqueçaba (paraná)*. São Paulo, Programa de Pesquisa e Conservação de Áreas Úmidas no Brasil, 1989, 77p. (Série "Estudos de Caso"; n. 2).
- DIEGUES, Antonio Carlos S. - *Pescadores Camponeses e Trabalhadores do Mar*. São Paulo, Ática, 1983.
- DIEGUES, Antonio Carlos S. - *A Pesca Artesanal no Litoral Brasileiro: Cenários e Estratégias para a sua Sobrevivência*. São Paulo, Programa de Pesquisa e Conservação de Áreas Úmidas do Brasil -USP. São Paulo, 1988a, 44p.
- DIEGUES, Antonio Carlos S. et al. - *Diversidade Biológica e Culturas Tradicionais: O Caso das Comunidades Caiçaras*. Documento apresentado na IV Conferência da IUCN. São José, Costa Rica, 1988b.
- DIEGUES, Antonio Carlos S. - "Tradition and Change in Brazilian Fishing Communities: Towards a Social Anthropology of the Sea". In: *Tradition and Social Change in The Coastal Communities of Brasil: A Reader on Maritime Anthropology*, São Paulo, CEMAR/NUPAUB, 1992a, 206p.
- DIEGUES, Antonio Carlos S. - "Traditional Sea Tenure and Coastal Fisheries Resources Management in Brazil". In: *Tradition and Social Change in the Coastal Communities of Brasil: A Reader on Maritime Anthropology*. São Paulo, CEMAR/NUPAUB, 1992b, 206p.
- EQUIPE DO LITORAL SUL - SMA - *Cadastro Geral dos Ocupantes da EEJI*, São Paulo, 1991.
- EQUIPE LITORAL SUL - SMA - *Despraiado: Diagnóstico da Ocupação Humana e Formulação de sua Compatibilização com a Preservação Ambiental*. São Paulo, 1989.
- FUNDAÇÃO PRÓ-NATUREZA (FUNATURA) - *Sistema Nacional de Unidades de Conservação - SNUC- Aspectos Conceituais e Legais*. Brasília, DF. FUNATURA/IBAMA, 1989, 79p.
- GHIMIRE, K. - *Parks and People: Livelihood Issues in National Parks Management in Thailand and Madagascar*. Discussion Paper of the United Nations Research Institute for Social Development (UNRISD), 1991.
- GRUPO DA TERRA (SUDELPA) - *Relatório sobre a Estação Ecológica Juréia-Itatins*. São Paulo, 1987.
- JOHANNES, R. E. & RUDDLE, K. - *Human Interactions in Tropical Coastal and Marine Areas: Lessons from Traditional Resource Use. (Draft)* Contribution to the UNESCO/IUCN Workshop on the Application of the Biosphere Reserve Concept to Coastal Marine Areas, San Francisco, California, 1989, 12p.
- LANGEANI F., Wilson Luiz - *Estudos Preliminares em três áreas da Estação Ecológica de Juréia-Itatins sujeitas a influência antrópica: Itinguçu, Guarau e Praia da Juréia*. São Paulo, SMA-CPRN - Equipe Litoral Sul, s.d., 100p.
- SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE - *Assentamentos Humanos em Unidades de Conservação*. São Paulo, Secretaria de Estado do Meio Ambiente (SMA), 1986, 12p.
- MARQUES, J. G. W. (org.) - *O RIMA (Relatório de Impacto Ambiental) do Poder e o CONTRA-RIMA dos Deserdados: Destruição e Sobrevivência da Várzea da Marituba*. São Paulo, NUP AUB, 1992.
- MENDONÇA, Ana L. F. & SIQUEIRA, Andrea D. (Equipe Litoral Sul-SMA) - *Projeto de Custeio para as Culturas de Subsistência dos Membros das Associações de Moradores da Estação Ecológica de Juréia-Itatins*. São Paulo, 1990, 6p.
- PRÓ-JURÉIA. - *Projeto de Educação Ambiental*/. São Paulo, s.d.

- PRÓ-JURÉIA/ENGEA - *Referência para Zoneamento e Plano Diretor - Estação Ecológica de Juréia-Itatins*. São Paulo, 1991, 70p.
- QUEIROZ, MARIA ISAURA PEREIRA DE - *Vale do Ribeira: Pesquisas Sociológicas*. São Paulo, Convênio Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras USP & Secretaria de Serviços e Obras Públicas/DAEE, 1970, 260p.
- RUSSO, R (Equipe Litoral Sul-SMA) - *Agroecológico - Síntese*. São Paulo, 1990, 6p.
- SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE-COORDENADORIA DE PROTEÇÃO DE RECURSOS NATURAIS - *Termo de Autorização para a Pesca na Estação Ecológica de Juréia-Itatins*. São Paulo, 1990.
- SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE-COORDENADORIA DE PROTEÇÃO DE RECURSOS NATURAIS - *Reconhecimento do Meio Biofísico da Estação Ecológica de Juréia-Itatins*. São Paulo, 1988.
- SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE-COORDENADORIA DE PROTEÇÃO DE RECURSOS NATURAIS - *Ocupantes em Unidades de Conservação: o caso do Despraiado - EEJI*. In: 1º Seminário de Desenvolvimento Sustentado, São Paulo, 1989.
- SEMA -Secretaria Especial de Meio Ambiente -PNMA -*Projeto Nacional do Meio Ambiente Estudo da Legislação Brasileira que Afeta o Meio Ambiente*. Brasília, 1988.
- SILVA, C. J. & SILVA, J.A.F. - *Estratégias de Sobrevivência de Comunidades Tradicionais do Pantanal Matogrossense*. São Paulo, NUPAUB-USP, 1992.
- SUPERINTENDÊNCIA DO DESENVOLVIMENTO DO LITORAL PAULISTA (SUDELPA) - *Macrozoneamento Diagnóstico Ambiental e Diretrizes para a Juréia*. São Paulo, THEMAG, 1987.
- UICN - União Mundial para Conservação da Natureza -*Proposta e Objetivos*. In IV Congresso Mundial de Áreas Protegidas, Caracas, 1992.
- UICN - *Estratégia Mundial para Conservação: A Conservação dos Recursos Vivos para um Desenvolvimento Sustentado*. CESP (trad.), São Paulo, 1984.

ANEXO 1

QUADRO 6 - resumo apresentando os principais conflitos e propostas dos agentes da eeij

	QUANTO A QUESTÃO FUNDIÁRIA	PRINCIPAIS PROBLEMAS	PRINCIPAIS PROPOSTAS
MORADORES (não inclui veranistas)	- reivindicam uma definição quanto ao tipo de "um acordo posse" que será feito e uma regularização imediata das atividades desenvolvidas caso suas permanências sejam efetivadas. Em caso de desapropriação reivindicam um justo valor de indenização ou reassentamento.	- proibição das atividades extrativistas. - problemas com guarda-parque gerando conflitos nas comunidades. - dificuldades em manter e ampliar as atividades econômicas.	- auxílio técnico para desenvolvimento das atividades extrativas principalmente de caxeta e palmito. - infra-estrutura básica principalmente manutenção das vias de transporte. - construção de escolas e postos de saúde.
PRÓ-JURÉIA	Entende que as populações tradicionais devam ser mantidas na área desde a utilização dos recursos naturais da área seja feita de maneira "consciente" não comprometendo o meio natural.	A manutenção da população pode comprometer a categoria de U.C. prevista, pois não se sabe a capacidade de suporte do meio em relação a quantidade de moradores da área, a população pode concordar e/ou não se adaptar as formas de manejo propostas	Entende que com um bom plano de manejo a população pode se tornar um mecanismo de fiscalização para a EEJI; caso a população seja transferida para áreas de entorno, esta área poderá ser uma zona tampão garantindo melhor conservação da EEJI
ASSOCIAÇÃO DOS MORADORES DA JURÉIA	Busca resoluções para a questão através de apoio jurídico, congregando os moradores para informes, mobilização e propostas conjuntas.	Situação de instabilidade de desinformação que impera na EEJI lavando os moradores a deixar a área, enfraquecendo, por sua vez este movimento popular	- benefícios sociais para a área; - definição da área de ocupação dos moradores; - transformação da área ocupada por população em reserva extrativista com manejo sustentado dos recursos.
SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE	- encaminhamento do processo de desapropriação; - as famílias tradicionais e adventícias (que somam 267) devem permanecer na área por terem direito adquirido.	- falta de recursos técnicos e financeiros para iniciar o plano de manejo e apoio técnico adequado; - quadro fundiário complexo o que dificulta a desapropriação e por sua vez a execução do plano de manejo.	- plano de manejo otimizando o uso antrópico, o plano deve respeitar a realidade cultural de cada área; - através do conhecimento do quadro natural, suas qualidades e limitações definir um módulo mínimo de produção.